

18 de Maio 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 259
Director-Geral
Evaristo Mulaza



OBRAS CONCLUÍDAS EM 50%

Complexo do Kinanixi projecta abertura para 2024

EXCLUSIVO. As obras do Complexo do Kinaxixi nunca estiveram paralisadas e, se a evolução do cenário económico for positiva, o shopping deverá ser inaugurado dentro de três anos. A revelação é avançada pela administração do empreendimento que abriu as portas do complexo ao VALOR e contabilizou investimento já aplicado na ordem dos 500 milhões de dólares. Págs. 10 e 11



ENCERRAMENTOS

Decreto Presidencial arrasa restauração

COVID. As novas medidas aplicadas à restauração, na prevenção contra a pandemia, obrigaram ao encerramento de várias unidades, colocando dezenas de emprego em risco. Enquanto isso, há quem já antecipe manter as pessoas em casa, caso as restrições não sejam aligeiradas na próxima actualização, prevista para Junho. Pág. 8

EMPRESA ANGOLANA

BestFly prepara operação definitiva em Cabo Verde

Pág. 12



PETRÓLEO NO I TRIMESTRE

Défice na produção corta 820 milhões USD na receita

Pág. 6

ALVES DA ROCHA, DIRECTOR DO CEIC

"Não podemos esquecer que 15 milhões de pessoas estão na linha da pobreza"

Págs. 4 e 5



ESTADO DE LOUCURA

Sejamos francos. A forma como determinados intelectuais angolanos se perdem na permanente procura das razões do fracasso angolano é também um sintoma vigoroso da nossa demência colectiva.

Na sua compreensão histórica, e por muito profano que pareça, o falhanço angolano até pode ter raízes na época dos descobrimentos, pelo menos em parte. James Robinson e Daron Acemoglu, ao explicarem a evolução do Norte contra o atraso do Sul, no caso das Américas, recuaram ao século XV para assinalar diferenças críticas na qualidade dos colonos e dos colonizados de um e de outro extremo. Em resumo, o percurso da felicidade de uns e da tragédia de outros, na leitura destes economistas, passou a ser trilhado há mais de cinco séculos. Porque foi nessa altura, como assinalam, que começou a ser esboçado o desenho das instituições que seriam construídas no tempo. Dito isto, é admissível que um estudo rigoroso e profundo sobre as razões do nosso fracasso encontre resquícios de fundamentos que remontam aos primeiros contactos com os portugueses.

Todavia, se esta hipótese é cientificamente tolerável, não é menos verdade que seria esquizofrénico tentar explicar o excessivo atraso de hoje com qualquer circunstância ou fenómeno de há cinco séculos. Assim como se abeiram da loucura as reflexões 'intelectualizadas' que, de forma permanente, tentam fabricar motivos que expli-

cam a nossa trágica miséria, como se as razões de fundo não estivessem aos olhos de todos.

Como já dissemos aqui, qualquer um que deixe de lado a cobardia e a irracionalidade do discurso partidário sabe onde está o problema. O problema é a incompetência e o envelhecimento do MPLA. E se dúvidas já não restavam no longo consulado de José Eduardo dos Santos, o 'novo projecto de país' oferecido por João Lourenço deixa tudo mais sublinhado.

A explicação mais consistente da continuidade na aposta do empobrecimento do país é o ideal de reforma proposto por Lourenço e pelo seu MPLA. Nesse 'novo' país, o alcance de qualquer reforma só vai até onde começa a concentração do poder e a partidarização do Estado. É tudo muito simples e descarado. Na Constituição, até se pode trocar a precedência protocolar de juízes de tribunais superiores, mas não se pode discutir a nomeação destes pelo paradigma partidário. Na Lei Magna, até se podem afixar datas obrigatórias

para a realização das eleições, mas não se pode debater a indicação dos membros da Comissão Nacional Eleitoral pelo critério partidário. Na Lei principal, até se podem alterar as funções do Banco Nacional de Angola, mas não se pode desfazer o absurdo de uma agência reguladora como a Erca ser composta pelo critério da representatividade parlamentar. Na Constituição, até se pode permitir que o Presidente tenha a 'rédea curta' na nomeação do governador do BNA, mas não é permitido revisar os seus amplos poderes que o habilitam a nomear e a exonerar tudo e todos. Porquê? Porque não é permitido discutir o sistema de governo que está na origem desses poderes. Enfim, qualquer reflexão ajuizada sabe que não é a guerra, nem as crises económicas, nem a covid que justificam tamanha pobreza de hoje e de amanhã. E sabe que, depois de 19 anos de paz, Angola não poderia estar longe dos mais avançados pares africanos, mas deveria estar a roçar-lhes os calcanhares, para pedir o mínimo.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N.º de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N.º de Contribuinte: 5401180721
N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



BENEDITO ORNELA HOMBO,

engenheiro agrónomo

O que é preciso para a agricultura ser mais competitiva?

O que tem de ser feito está há muito escrito e documentado. Mesmo o Programa de Saneamento Económico e Financeiro, adoptado ainda na era da economia centralizada, já previa os trilhos em que a agricultura deveria caminhar. Os programas que se seguiram também são bons, mas não se consegue impulsionar o sector.

O que falta?

Precisamos de acção e definir bem o foco. Não são os grandes projectos como o da Quiminha que poderão resolver o problema. Aliás, foram todos por água abaixo, mal arrancaram. O melhor seria potenciar o sector camponês. Aproveitar a rega por gravidade, a partir das nascentes. Reter as águas das nascentes em grandes reservatórios e adquirir motobombas, e ainda apostar em sementes adaptáveis para aumentar o ciclo de produção e de colheita para, pelo menos, duas a três vezes ao ano.

Os recursos financeiros não têm sido bem aplicados, é isso?

Será que tem chegado mesmo aos verdadeiros destinatários, ou tem caído em mãos alheias? Há relatórios feitos? Diz-se, muitas vezes, que foram colhidas 700 toneladas de produtos diversos. Está tudo muito bem, mas que produtos são estes? Precisamos de um maior controlo.

11
TERÇA-FEIRA

A ministra das Finanças, Vera Daves, informa estar em curso um plano de conclusão da centralidade de Malanje e outras infra-estruturas a ela associadas, por via do financiamento do Fundo de Fomento Habitacional.

12
QUARTA-FEIRA

O secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, revela que Angola começou a vacinar a população com a primeira dose da vacina russa Sputnik V, tendo recebido já 40 mil doses.

13
QUINTA-FEIRA

O Presidente da República é vacinado, tornando-se no cidadão número 591.886 a receber a vacina no país e insistiu na solidariedade internacional para um acesso mais igualitário às vacinas contra a covid-19, pois “ninguém se vai salvar sozinho”.



14
SEXTA-FEIRA

A Autoridade Nacional de Inspeção e Segurança Alimentar (Aniesa) realiza operação de combate à especulação de preços, em Luanda e refere haver já resultados em algumas zonas da cidade.



15
SÁBADO

A Biocom estima produzir, este ano, 120 mil toneladas de açúcar branco. E, para a materialização deste objectivo, foram cultivados mais de 27 mil hectares de cana-de-açúcar.



16
DOMINGO

A Sonangol firma um acordo com a empresa sul-coreana 'Hyundai Samho Heavy Industry (HSHI)', para a construção de dois navios petroleiros de grande porte, no quadro da renovação da sua frota.



SEGUNDA-FEIRA

O director-geral regional para os mercados internacionais do Grupo Nabeiro, José Beato, revela que a marca angolana 'Café Ginga' estará disponível nos mercados de França e da Suíça, até finais deste mês, através da empresa Angonabeiro.

COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE POSITIVO...

O petróleo abriu a terça-feira no positivo, após iniciar a semana com ganhos de 1%, fruto da reabertura da economia na Europa e por um aumento da procura nos Estados Unidos. O Brent, referência às exportações angolanas, começou a negociar nos 69,58 dólares. Já o WTI abriu a negociar nos 66,30 dólares.



DÓLAREM QUEDA...

A moeda norte-americana caiu esta segunda-feira 0,09%, tendo começado a terça-feira também em baixa, com uma queda de 0,35%. O recuo do dólar é explicado pela tendência generalizada de desvalorização, enquanto persistem expectativas sobre a manutenção dos juros nos Estados Unidos da América.

Entrevista

ALVES DA ROCHA, ECONOMISTA E DIRECTOR DO CEIC

"Não podemos esquecer que 15 milhões de angolanos estão no limite da pobreza"

Numa intervenção à Rádio Essencial em que também deixa várias perguntas, o renomado economista e director do CEIC dá pistas sobre as razões do insucesso dos programas do Governo. Alves da Rocha questiona o assistencialismo exigido pelas empresas e lembra por que razão o investidor privado não entra no país.



Por Edno Pimentel e Júlio Gomes

Como olha para a situação das empresas e que medidas devem ser tomadas para saírem do sufoco?

A esse propósito tenho um ponto de vista ligeiramente diferente. Normalmente, numa economia

de mercado, as empresas são os elementos que fazem funcionar o sector produtivo e de serviços.

É a mesma narrativa do Governo, não?

Estamos a esquecer um elemento principal que são as famílias, a questão da procura interna. Tudo o que ouvimos são reclamações das associações empre-

sariais sempre no sentido de que o Estado tem de dar subsídios, reduzir impostos e promover transferências para que elas possam manter-se abertas e provavelmente resguardar o emprego.

Não é o caminho a seguir?

Aquilo que tenho observado é que há muitas empresas que, felizmente, conseguem arran-

jar os seus meios próprios. São empresas que rasgam horizontes, inovam, arriscam e descobrem. Porque essa dependência permanente do Estado cria problemas no futuro.

A que problemas se refere, concretamente?

Em Angola, o sector empresarial sempre reivindicou esse tipo

de apoio. E, na situação actual, esse apoio proveniente do Estado pode ser difícil, porque o próprio Estado necessita de corrigir o orçamento, aumentar as receitas, nomeadamente para atender a resolução de problemas da crise social em Angola que é absolutamente dramática.

As associações empresariais não ajudam, é isso?

As associações empresariais têm uma boa conexão com o Presidente da República e com os ministros que comandam a economia e, portanto, admito que essas empresas consigam obter esse tipo de apoio para se manterem abertas. Mas isso tem de acabar.

De que forma?

O Estado tem de fornecer serviços e apoio de real ajuda. Tem de fornecer infra-estruturas que permitam que as empresas baixem sistematicamente os seus custos. Como disse no início, fala-se muito na questão da oferta, do aumento da produção, mas, no fim, a pergunta é: quem vai comprar? As famílias não têm rendimentos, os salários não são tocados e há sectores de actividade onde se mantém a quatro ou cinco anos. E ainda a questão da exportação está por ora fora de causa.

Porquê?

A nossa capacidade competitiva no mercado internacional é muito reduzida. A maioria das empresas não consegue competir. Como disse, está a perder-se a oportunidade de se criar uma massa crítica endógena da economia. O Governo tem uma série de programas voltados para o aumento da produção, mas...

“A burocracia continua, apesar de programas financiados pelo Banco Mundial, a taxa de inflação homóloga, neste momento, está em 25%. Nós ainda não aprendemos a fazer crescimento económico com taxas de inflação desta envergadura.”



Que soluções aponta para se avançar, por exemplo, o turismo? O turismo interno vai ser feito na base de quem? As famílias têm rendimentos para comprar um bilhete de passagem para ir ao Lubango, ao Namibe? Vai fazer-se turismo na base de uma classe média que vai sendo empobrecida na base de medidas que vão sendo tomadas? Não podemos esquecer que a taxa de pobreza anda à volta de 50%. Quer dizer que 15 milhões de pessoas estão na linha da pobreza.

Mas...

Não vou apontar medidas porque há vários planos. Há um plano de recuperação do turismo onde se afirma que o sector tem de acontecer; há o Prodesi, para o aumento da produção interna e exportação; o programa de criação de emprego, onde se afirma que o Estado vai aumentar a empregabilidade. Nós, por esta via, não temos falta de medidas. Não temos falta de ideias. Temos, eventualmente, falta de dinheiro, porque as receitas de exportação continuam a diminuir e a exportação de petróleo dentro de dois três anos vai deixar de ser o ponto essencial.

Portanto...

Vocês os jornalistas de investigação devem perguntar porque os programas não resultam. É uma pergunta que tem de ser feita. Nos apanhados e nos balanços o Governo, diz-se que o PIB cresce, mas, pelo contrário, decresce. Ainda que cresça, cresce a uma taxa que não tem correspondência com o manancial de programas e medidas governamentais. Cabe aos jornalistas avançarem no seu trabalho.

Há muita desconfiança. O país ainda não reúne condições para atrair esse investimento privado estrangeiro.

As cadeias de televisão do Estado fazem propaganda do Prodesi que o programa x foi implementado, mas isso não se reflecte no crescimento.

O que tem de ser feito?

O que tem de ser feito está nesses programas todos do Governo. As cadeias de televisão do Estado fazem propaganda do Prodesi que o programa x foi implementado, mas isso não se reflecte no crescimento económico. É o Governo que deve descobrir porquê? O Governo deve falar com os empresários que lidam

com o problema, e perguntar por que razão as coisas não estão a acontecer. Fala-se muito em reformas estruturais que são necessárias inclusivamente para atrair investimento privado nacional. Porque temos de pensar no investimento nacional porque o estrangeiro, nas condições actuais do país, o investidor não vem.

É também uma questão de confiança?

Há muita desconfiança. O país ainda não reúne condições para atrair esse investimento privado estrangeiro. Estava a referir-me às reformas estruturais que o Governo faz questão de dizer que estão a ser feitas. Mas, por exemplo, em Angola, ninguém pode ser proprietário de terra e, não sendo, como é que vai ter garantia? O investidor não vem. A questão do sector judicial... é o político que comanda o sector judicial. A burocracia continua, apesar de programas financiados pelo Banco Mundial, a taxa de inflação homóloga, neste momento, está em 25%. Nós ainda não aprendemos a fazer crescimento económico com taxas de inflação desta envergadura. Portanto, aí estão questões que, devidamente analisadas, talvez nos ajudem a entender por que razão as centenas de programas do Governo não resultam.

A burocracia é outro cancro... Talvez só quando os nossos secretários e ministros forem pessoalmente tratar de documentos às repartições públicas se vão aperceber da tremenda burocracia existente. Essa é uma matéria que os empresários têm colocado nas suas variadas intervenções.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Défice na produção retira 820 milhões USD das receitas petrolíferas

PETRÓLEO. Previsão de produção do OGE fixa uma média trimestral de 111,375 milhões de barris de crude. Ao preço médio ponderado alcançado, receita bruta seria de cerca de 6,9 mil milhões de dólares, mas ficou-se pelos 6,040 milhões.



OGE foi elaborado prevendo produção de 445,5 de barris

Por César Silveira

Angola perdeu, no primeiro trimestre do ano, cerca de 829 milhões de dólares em receita bruta estimada, devido ao défice na produção de petróleo, face às previsões do Orçamento Geral do Estado (OGE) que apontam para uma produção bruta anual de 445,5 milhões de barris, numa média trimestral de 111,375 milhões de barris.

De acordo com dados do Ministério dos Recursos Míneiras, Petróleo e Gás, a Sonangol e as operadoras privadas exporta-

ram, durante o primeiro trimestre de 2021, um total de 97,89 milhões de barris de petróleo bruto. Ou seja, um défice de 13,485 milhões de barris, face à média estimada para cada trimestre.

O preço médio ponderado das exportações angolanas foi de 61,68/bbl, fixando a receita bruta do trimestre em aproximadamente 6,04 mil milhões de dólares. Face ao preço previsto no OGE (39 dólares), registou-se um adicional nas receitas de 2,222 mil milhões de dólares, face aos 3.817.710.000 que seriam obtidos com o barril a 39 dólares e a produção alcançada. Este adicional, porém, seria de 3.051.900.000 caso a produção prevista no OGE fosse alcançada,

6,9

Mil milhões USD seria a receita bruta caso a produção estimada no OGE fosse alcançada

visto que a receita bruta seria de 6.869.610.000 de dólares.

QUEDA DE 242,3 MILHÕES USD

Sequencialmente, as receitas líquidas alcançadas por Angola podem ter registado um défice de cerca de 242,3 milhões de dólares, de acordo com cálculos do VALOR. Para o período em análise, o Ministério da Finanças declarou recei-

tas 1.121.805.152.518, equivalente a 1.777.340.000 dólares. Ou seja, cerca de 29,4% da receita bruta de 6,04 mil milhões de dólares declaradas pelo Ministério dos Petróleos. Mas, caso a produção média estimada fosse alcançada no trimestre em análise, a receita fiscal seria 2.019.665.340 dólares, ou seja, mais 242,3 milhões de dólares em comparação à receita declarada pelo Ministério das Finanças.

PRODUÇÃO CAI 17,42%

De acordo com os dados ministeriais, as exportações, no período em análise, diminuíram cerca de 17,42% comparativamente ao período homólogo e 5,96% face ao trimestre anterior. Do total de 97,89 milhões de barris exporta-

dos, 25,89% corresponde à quota da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANPG), enquanto concessionária. A exportação da ANPG terá sido assim de mais de 25,323 milhões de barris e 95% das receitas provenientes da referida exportação têm como destino os cofres do Estado e os restantes 5% para a própria ANPG. Ainda de acordo com os dados do Ministério, a quota da Sonangol corresponde a 18,20%, resultante da actividade tanto de operadora como de associada de diversos blocos.

A China continua a ser o maior destino das exportações angolanas, representando cerca de com 70,14%, seguindo-se a Índia e Singapura com 8,61% e 4,84%, respectivamente.

O PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO foi recebido na manhã de terça-feira, no Palácio do Eliseu pelo Presidente francês, Emmanuel Macron, para analisar "questões bilaterais e regionais". O Presidente participa na Cimeira para o Financiamento das Economias Africanas.



TRÊS SEMANAS DE FUNCIONAMENTO 'AOS SOLUÇOS'

Plataforma do comércio externo causa 'dores de cabeça'

COMÉRCIO. Ferramenta foi lançada em Março com objectivo de simplificar a importação de bens, mas tem funcionado ao contrário, causando vários constrangimentos aos operadores económicos.

Por Isabel Dinis

Há mais de três semanas que a Plataforma Integrada do Comércio Externo (Pice) apresenta vários problemas informáticos, depois de ter substituído a anterior estrutura 'Siminco', sem estar totalmente preparada, conforme alegam vários operadores.

O mau funcionamento da plataforma tem provocado diversos constrangimentos aos empresários, particularmente na emissão de licenças para a obtenção de facturas.

"As licenças vão saindo em número reduzido e muitas com falhas. Temos de voltar a introduzir porque os dados, quando descarregamos, não vão como gostaríamos que fosse", disse um despachante ao VALOR, alertando que a falta de emissão de licenças, em tempo oportuno,

obriga a despesas, já que os despachos só podem ser processados com as licenças e os pagamentos bancários correctos.

Um importador acusa, por sua vez, o Ministério do Comércio e Indústria de ter mudado a plataforma "sem testar ou fazer uma formação aos operadores e despachantes", exemplificando que tem "pedidos pendentes" há mais de dois meses que não consegue importar por causa da mudança da plataforma. Outro despachante lamenta que o ministério não os tenha auscultado, antes da mudança de plataforma. "Defendemos que esta nova plataforma, antes de ser implementada, devia passar por uma formação para os dois lados", repara, observando que assim os "problemas e dificuldades" seriam ultrapassados. Críticas às quais se junta um outro despachante, para quem o ministério devia ter dado uma moratória antes de sair da plataforma 'Siminco' para a Pice. "Uma moratória de dois

ou três meses seria uma fase de aprendizagem e aperfeiçoamento. A outra (plataforma) simplesmente fechou", explica.

O VALOR sabe que a plataforma ficou duas semanas parada. No entanto, esta semana começou a melhorar e até já estava a emitir algumas autorizações. Na semana passada, foi realizada uma reunião entre as partes gestoras da PICE e os despachantes oficiais, na qual o ministério prometeu ultrapassar as principais dificuldades.

A Pice foi lançada em Março deste ano com o objectivo de simplificar os processos de importação de bens. A primeira apresentação formal da plataforma foi dirigida aos membros do Comité Nacional de Facilitação do Comércio (CNFC) e aos representantes das associações empresariais, durante o conselho de direcção do Ministério do Comércio e Indústria. O VALOR contactou o Ministério que, entretanto, não esclareceu a situação até ao fecho da edição.

HOSPITAL DO UIGE

PR aprova mais despesas fora do OGE

O Presidente João Lourenço aprovou, esta segunda-feira, despesa de cerca de 50,5 milhões de euros para a construção e apetrechamento do Hospital Geral do Uíge, além de mais de 756,7 mil euros para a despesa de fiscalização da referida empreitada, através da "contratação simplificada pelo critério material".

A referida despesa engrossa o leque das aprovadas pelo Presidente da República fora das previsões do Orçamento Geral de Estado 2021 e que, só este ano, já rondam cerca de 2,8 mil milhões de dólares, segundo cálculos do VALOR destacados na edição passada.

Nas projecções das despesas para este ano consta, entretanto, a "conclusão da reabilitação da pediatria do Hospital Geral Do Uíge", projecto avaliado em cerca de 1,525 milhões de kwanzas, correspondente a cerca de 2 milhões de euros.

Apesar de constarem das projecções do OGE, as despesas para a construção dos hospitais gerais do Bengo e do Bailundo, assim como o Hospital Pediátrico do Huambo, fazem parte dos cálculos do

VALOR sobre as despesas fora do OGE, face à diferença considerável entre os valores previstos no OGE e os que foram agora aprovados pelo Presidente João Lourenço.

Além da referida despesa, João Lourenço aprovou ainda a despesa de 125,222 milhões de euros para a construção do Centro de Bioveterinária e Produção de Vacinas, projecto que também não consta das previsões do OGE e cujo modelo de contratação também é o simplificado pelo critério material.

A aprovação de despesas fora do OGE encontram suporte na Lei que aprova o OGE e que dá ao Presidente da República a prerrogativa de "Inscrever novos projectos do Programa de Investimentos Públicos de significativa importância para o alcance dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, com fonte de financiamento assegurada, e por contrapartida de projectos de baixa ou nula execução". A lei, entretanto, não fixa um limite de valores, sendo esta uma lacuna no entender de analistas consultados pelo VALOR.



Economia/Política

PROPRIETÁRIOS FALAM DE UM SECTOR EM 'COMA INDUZIDO'

Novas medidas de calamidade afundam restaurantes

RESTAURAÇÃO. Uns estão a fechar portas e outros estão a tentar sobreviver. Proprietários criticam restrições e pedem ao Governo que tome “medidas urgentes” para salvaguardar empregos.

Por Isabel Dinis e César Silveira

As novas medidas do estado de calamidade para a restauração agravaram a situação financeira dos restaurantes e similares.

Alguns proprietários lamentam que o sector esteja em “coma induzido”, enquanto outros atiraram a ‘toalha ao tapete’, fechando mesmo as portas. Outros ainda pedem “medidas urgentes” do Governo, defendendo ser possível a preservação simultânea da vida humana e da economia.

Desde o dia 10 deste mês, com o agravamento das restrições, que os restaurantes e similares estão proibidos de abrir portas aos fins-de-semana. Estes estabelecimentos só podem abrir de segunda a sexta-feira, das 6 às 18 horas, para atendimento presencial e até às 22 horas para entregas ao domicílio.

Ao VALOR, o presidente de direcção da Associação de Hotéis, Restaurantes Similares e Catering de Angola (AHORE-SIA) critica o Governo por não ter criado medidas que possam apoiar a restauração, a exemplo do que fez com alguns sectores no início da pandemia. João Gonçalves prevê dias mais “complicados” para o sector que “está a sufocar e a definhar” e estabelece paralelos com outros países. “Em outras realidades, já há uma abertura do turismo e Angola tem seguido o contrário.

Sem apoios, não haverá sobrevivência por causa dos gastos diários como água, energia e outros serviços”, apela.

Para o sócio-gerente do restaurante Peixe do Cabo, na Ilha de Luanda, Bráulio Nobre, as novas medidas “não fazem sentido”. Este operador lembra que os dias de maior de facturação para a restauração são precisamente os finais de semana e confessa que tem tentado reinventar-se para “sobreviver”. O restaurante confecciona peixe fresco há cinco anos e precisou abrir à segunda-feira, habitual dia de descanso, para tentar compensar o final de semana, mas foi “um dia fraco”. “Temos uma facturação ao final de semana que justifica a semana toda. Estamos a tentar ver se conseguimos sobreviver. Não sei se vamos aguentar muito mais”, lamenta.

Outro restaurante que também está a tentar contornar as novas medidas é o Bueno Vivo, em Talatona. O gerente, Avelino Lucas, prevê que as novas medidas signifiquem “quase uma paralisação”. Apondo também os fins de semana como “os dias com mais facturação”, Lucas coloca abaixo dos 10% a facturação nos dias úteis, face ao total semanal. Com 57 funcionários, até ao dia 10 de Março, o restaurante teve de dispensar 44 por conta do agravamento das restrições. “Não conseguimos pagar salários”, justifica, confessando que as entregas têm sido um ‘escape’, apesar de “não ser suficiente e não cobrir grande coisa”.

O responsável do restaurante Bugilo Tropical admite, por sua vez, entender as medidas do Governo



20

Número de colaboradores do restaurante Jango Veleiro que já empregou 348.

por causa do aumento de casos, mas considera que não trabalhar ao final de semana é um “problema”.

‘EMBLEMÁTICO’ JANGO VELEIRO FECHA PORTAS

O conhecido restaurante Jango Veleiro, na Ilha de Luanda, fechou as portas por causa da pandemia. O proprietário do espaço, o empresário Pedro Godinho, confirmou ao VALOR que o espaço está “tecnicamente falido”, encerrado e sem previsões de reabertura.

Dos 348 trabalhadores que a unidade já teve, hoje contabilizam-se apenas 20, mas estes mantêm-se apenas porque a “estrutura não tem portas e precisa de ser vigiada”.

O empresário explica a decisão de encerrar com a falta de recursos financeiros para pagar salários e sobretudo o dever de pagar o Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT), por exemplo.

“Noutras geografias, como nos Estados Unidos, o governo encontrou soluções, fez injeção de capital a fundo desde que para garantir a manutenção dos empregos. Aqui, a única possibilidade é pagar às prestações mas, mesmo assim, não tem como se aguentar”, explica.

Apesar de reconhecer os resultados positivos alcançados com as medidas adoptadas pelo Governo para evitar a expansão da covid-19, Pedro Godinho defende, no entanto, que se encontre um “ponto de equilíbrio entre a economia e

a saúde no sentido de evitar mais desempregos”. O empresário sugere “medidas mais amigas como, por exemplo, a emissão de alvarás pandémicos que permitiriam funcionar dentro do normal”. “As unidades que manifestassem o interesse de obter estes alvarás seriam obrigadas ao cumprimento de uma ‘check list’ relacionada com as medidas de segurança e, caso fossem aprovadas, receberiam o alvará e estariam aptas para trabalhar dentro do normal porque o objectivo é apenas reduzir o nível de contágio”.

Notando que “todos os dias existem unidades de negócio a entrarem em coma induzido”, Godinho pede “urgência” na tomada de medidas para a protecção dos empregos.

Relatos de vários outros restaurantes que optaram pelo encerramento, ainda que temporário, estão por confirmar, como é o caso do Club S, no embarcadouro do Mussulo, e o Cais de 4, na Ilha de Luanda.

www.bancobic.ao

**A nossa história é feita por
mais de 1.600.000 nomes.**
Seja um deles e entre
na família **BIC**.



16
BANCO
BIC
ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Economia/Política



OBRAS ACIMA DOS 50%

Shopping Kinaxixi marca inauguração para 2024

REPORTAGEM. Desde o início da construção em 2008, as obras nunca pararam mesmo com o aperto causado pela crise económica. Já na fase de conclusão, o maior centro comercial de Angola espera abrir as portas dentro de três anos.

A final, as obras do Complexo do Kinaxixi nunca estiveram paralisadas e, ao contrário das informações que davam conta da inauguração do centro comercial em 2015 e as restantes torres em 2016, a empresa proprietária do empreendimento não havia equacionado, pelo menos na altura, a data do corte da fita.

As revelações exclusivas ao VALOR são de Luciano Dzik, director do Kinaxixi Empreendimentos, que insiste que as obras nunca paralisaram, mesmo quando a construtora Somague saiu em 2018.

Iniciado em 2008, com escavações a cargo da portuguesa Soares da Costa e continuada em termos de estrutura pela Somague até 2018, o imponente empreendimento erguido no centro da cidade de Luanda está acima dos 50% de execução, estando a conclusão a cargo da empresa Grow Constrution, desde o ano passado.

Luciano Dzik estima concluir o shopping, a principal área do complexo com três torres de 25 andares, no primeiro semestre de 2024, na eventualidade de o

Por Guilherme Francisco

“É um empreendimento privado, feito com recursos da empresa (Kinaxixi Empreendimentos) e do mercado, e a sua viabilização depende do cenário económico. Nós adaptamo-nos à situação.”



Previsão de abertura em 2024 considera melhoria do cenário económico



Luciano Dzik,
director do Kinaxixi
Empreendimentos



tamentos encontram-se já estudados, à espera de aplicação de portas e janelas.

Apesar de três em um, as entradas das torres de escritórios e residencial são todas privadas e só acederá às mesmas quem tiver o cartão de acesso. Ou seja, quem estiver no shopping não consegue entrar ao espaço residencial ou de escritórios. Ao contrário, os moradores e usuários de escritórios podem ter acesso à zona comercial sem quaisquer constrangimentos, desde que tenham o cartão de acesso.

Com 116 apartamentos do T2 a T6, distribuídos em pisos de acordo com a tipologia, a torre residencial conta no último piso com piscina, ginásio, sala de jogos, salão de festas e churrasqueiras. Já as torres de escritórios, com até 1.800 metros livres por piso, dispõem de salas de negócio, reunião corporativa. Ambas começam a ser comercializadas depois da abertura do shopping.

LARGO DO KINAXIXI RECUPERADO

No início, a construção foi alvo de várias críticas por abranger um local bastante histórico e cultural. Daí que a empresa, em articulação com administração local, acordou em manter o famoso largo do Kinaxixi, cujas obras estão também com grau de execução avançado e mantém a estátua da rainha Nzinga Mbande. Diferente de há 13 anos, o largo conta um anfiteatro e balneários públicos.

PREÇOS NÃO SERÃO EXORBITANTES

Os preços das lojas, residências e escritórios não serão “tão elevados”, assegura Luciano Dzik, com o argumento de ter os “custos controlados”. Todavia, a definição dependerá da realidade económica. “É claro que o processo de venda nunca é simples, depende de outros factores que nunca estão nas nossas mãos. Por exemplo, só para citar um caso concreto, a actividade de construção não tinha IVA, de um ano para cá passou a ter, isso significou incremento de 14% do meu custo. É um dado, eu tenho de me adaptar, buscar fórmulas para sobreviver a esta situação”, argumenta.

A abertura do empreendimento poderá gerar entre dois mil e quatro mil empregos directos.

cenário económico começar a mudar positivamente a partir do próximo ano. “É um empreendimento privado, feito com recursos da empresa (Kinaxixi Empreendimentos) e do mercado, e a sua viabilização depende do cenário económico. Nós adaptamo-nos à situação. Hoje, o mundo, e particularmente Angola, vive uma situação económica bastante constrangedora, então o nosso ritmo está a acompanhar isso. À medida que houver uma recuperação, tanto a nível nacional e internacional, o ritmo da obra será outro”, explica o gestor, precisando que trabalha com uma previsão de entre 30 e 36 meses para terminar o shopping.

Do total de mil milhões de dólares de investimento previsto, já foi empregada metade e, embora não tenha pressa pelo facto de não estar “comprometido com ninguém” tão-pouco focado em financiamento bancário, o também engenheiro estima um financiamento para concluir antes da data de entre 400 e 500 milhões de dólares. “Apoio financeiro é sempre necessário. Em qualquer parte do mundo, o empreendimento imobiliário é feito com recursos próprios e da banca. Mas o

MEMORIZE

- No início, a construção foi alvo de várias críticas por abranger um local bastante histórico e cultural. Daí que a empresa, em articulação com administração local, acordou em manter o famoso largo do Kinaxixi. Os obras arrancaram em 2008 e as primeiras informações apontavam para 2015 a inauguração do centro comercial e para 2016 das restantes torres. Proprietária garante que estas datas nunca foram adiantadas por eles.

momento actual não permite que a gente tenha nesta vertente uma solução imediata, os bancos hoje também se ressentem da crise. A capacidade de investimento dos bancos está atrelada à situação mundial, foi agravada com a covid-19”, observa.

Apesar do difícil contexto económico, nota, a opção de uma gestão “mais rigorosa” permitiu atingir, até ao momento, custos indirectos de 1%, diferente do

registado em empreendimentos desta envergadura que chegam aos 5% do custo total. “O que não implicará aumento do investimento previsto desde o início”, acautela.

SHOPPING E TORRES, “UM CONCEITO INOVADOR”

“Já estão a caminho de Angola os materiais de acabamento do centro comercial, entre os quais elevadores e a cobertura. Brevemente, a actual imagem terá um outro aspecto externo, à semelhança do interior, escondido dos olhos de quem passa nas proximidades e pode julgar não estar a decorrer qualquer trabalho”, diz o gestor.

O centro comercial sai do subterrâneo ao sexto andar, vai albergar 220 lojas diversas, seis salas de cinemas, cafés, restaurantes e espaços de cultura, além de uma zona para quitadeiras exporem produtos da terra.

Prestes a concluir, a obra iniciada por cerca de mil pessoas, conta actualmente com 200 funcionários, número neste momento reduzido devido à pandemia da covid-19. E, segundo a empresa, são feitos à medida das possibilidades financeiras alguns retoques no centro comercial e na torre residencial. Alguns apar-

220

Lojas estarão concentradas no sexto andar do centro comercial

50

Porcento, nível de execução física do projecto

Mil

Milhões USD, investimento previsto para a realização do projecto

Mercados & Negócios



COMPANHIA ANGOLANA ASSUME TRANSPORTE AÉREO

BestFly quer estar em definitivo no mercado cabo-verdiano

AVIAÇÃO. Companhia aérea esteve ligada ao polémico 'caso AirConnection Express'. Fica com a concessão do serviço público aéreo entre as ilhas cabo-verdianas. Empresa prepara-se para comprar dois aviões.

Por Isabel Dinis

A companhia aérea BestFly assume, a partir desta semana, e por um período de seis meses, a concessão do serviço público de transporte aéreo inter-ilhas em Cabo-Verde.

A intenção é estabelecer-se em definitivo neste país, enquanto entidade de direito de Cabo Verde, segundo declarou, ao VALOR, Nuno Pereira, director executivo do grupo, que admite a possibilidade de renovação da concessão por mais seis meses.

Esta segunda-feira, a empresa realizou o primeiro voo que partiu de Praia para São Vicente, tendo, para esta semana, 30 voos programados. “Estamos muito felizes com este sinal de confiança que o governo de Cabo Verde deu a uma empresa privada angolana”, exulta Pereira, explicando que se tratou de uma operação montada “em tempo recorde e a título emergencial”, já que estava prevista uma falha na conectividade inter-ilhas, a partir desta segunda-feira.

Os voos entre as ilhas em Cabo Verde corriam o risco de ficar suspensos, com a TICV, única empresa que assegurava as ligações, a não disponibilizar bilhetes para qualquer destino há várias semanas.

30

Voos estão programados para a primeira semana de operação de energia verde até 2030

Para Nuno Pereira, a oportunidade representa “a continuidade da estratégia de internacionalização da empresa”, iniciada em 2017, com a presença no Dubai (Emirados Árabes Unidos), e que inclui outros dois países. Em Portugal, o grupo comprou uma empresa de assistência e prossegue agora

com um processo de instalação na República do Congo.

Os voos em Cabo Verde são assegurados, para já, com uma aeronave da frota angolana, que foi mobilizada “de forma emergencial” para assegurar a continuidade da conexão entre as ilhas, estando prevista a aquisição de outros dois aparelhos. “Já estamos no processo de aquisição de outras duas aeronaves para o mercado de Cabo Verde. E, quando as duas aeronaves entrarem em serviço, a de Angola regressa à base para o trabalho que fazia no país.”

BESTFLY DESMENTE NOTÍCIAS SOBRE AIRCONNECTION

A BestFly integrava o consórcio

público-privado AirConnection Express que havia sido anunciado pelo Governo como o projecto que haveria de assegurar os voos domésticos, mas que nunca chegou a ser efectivado. Nuno Pereira garante que o projecto não avançou não por falta de “confiança” do Governo, mas por ser um momento “particular na história” em que o Executivo decidiu “optar por outro caminho” que foi apostar no reforço da companhia pública Taag. “Mantivemos o nosso foco e acreditamos na nossa competência, independentemente do que dizem nas redes sociais e na comunicação social do nosso país. E tenho uma crítica à comunicação social do nosso país, que, ao invés de procurar a verdade, procurou a difamação”, atira.

O processo de constituição da AirConnection Express causou polémica em 2018, envolvendo até o Presidente da República. João Lourenço, em entrevista a uma televisão estrangeira, garantiu que a companhia não iria avançar, chegando mesmo a chamar ao consórcio de “uma ficção”.

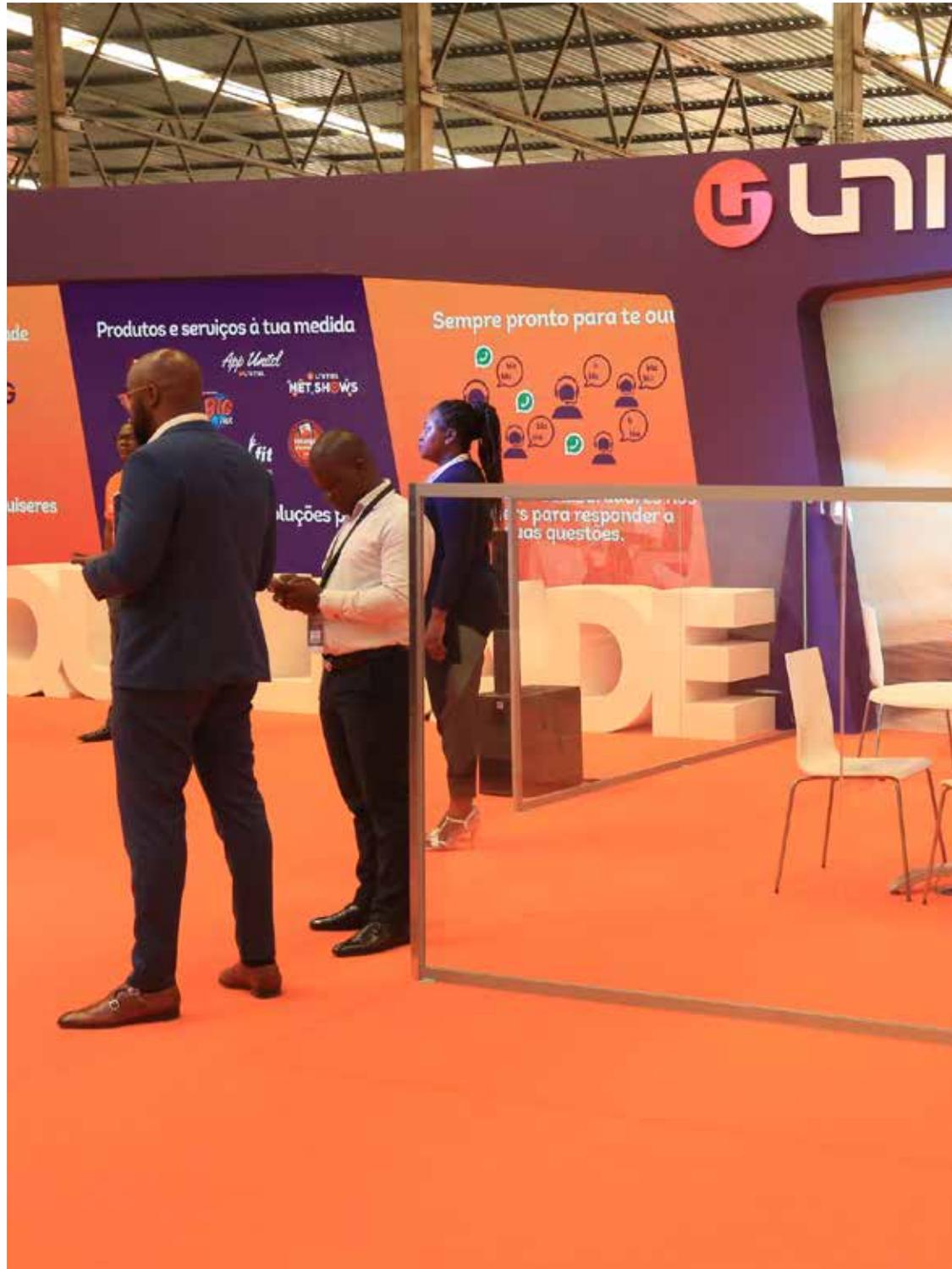
Nuno Pereira desmente ainda que o antigo ministro dos Transportes pertencesse à estrutura accionista da empresa, situação que tem motivado também críticas em alguns sectores de Cabo Verde, que lembram a condenação de Augusto Tomás pela justiça angolana, além de mencionarem várias outras figuras politicamente expostas e que alegadamente controlam a empresa, como o PCA do BNI, Mário Palhares, e o antigo chefe da Casa Civil Frederico Cardoso, além do empresário Lourenço Duarte e o malgrado general João de Matos.

Sobre a alegada expulsão da BestFly do terminal aéreo militar, em Luanda, Pereira refere que “o que aconteceu foi uma reorganização da estrutura de segurança do aeroporto”, que obrigou a novas exigências. “A comunicação social angolana só se foca no que é negativo”, critica Pereira, para quem a empresa que gere “é a mais auditada e mais inspeccionada de Angola na aviação”. “Em todas as auditorias e inspeções, passámos com distinção. Somos a única empresa angolana autorizada a voar com as cinco petrolíferas que operam no país através de inspeções rigorosas que eles fazem”, garante, assumindo planos para a aquisição de dois helicópteros novos de uma fabricante italiana.

O BNA CONCLUIU recentemente o processo de adesão ao Código Global de Conduta para o Mercado Cambial, designado na sigla inglesa, FX Global Code. O Banco Central justifica a adesão como intenção de promover um mercado robusto, equitativo, líquido, aberto e suficientemente transparente.

REGULADOR É QUE ATRIBUI LICENÇA

Unitel à espera do INACOM para operar em 5G



TELECOMUNICAÇÕES. Operadora argumenta que atribuição de licença é condição primeira para a concretização de investimentos. Consultas ocorrem com o regulador, mas ministro afirma que processo está dependente das empresas.

Por Guilherme Francisco

A maior operadora de telefonia do país está somente à espera do 'sinal verde' do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inacom) para começar a operar em 5G, segundo o seu director-geral, durante um workshop sobre a tecnologia promovido pela empresa, esta segunda-feira.

Miguel Geraldês sublinhou, no entanto, que o regulador estaria mais próximo de viabilizar a tecnologia, sendo que a empresa continua a aguardar por um posi-

cionamento oficial que passe pelo leilão das licenças.

O director-geral da Unitel apontou consultas com o Inacom, destacando que a atribuição da frequência é condição necessária para a realização do investimento. "Não temos investimentos concretizados. Estamos em consulta com Inacom que tem de emitir a frequência de rádio. Não podemos fazer investimento sem saber a frequência que vamos usar", fundamentou Geraldês, no mesmo dia em que o ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, atribuía, entretanto, às empresas a responsabilidade para o arranque da tecnologia, em declarações ao 'Jornal de Angola'.

Antecipando que a implementação da tecnologia deverá ser de forma gradual, a começar pelas zonas urbanas que dispõem de pólos industriais, Miguel Geraldês apontou Luanda, Cabinda, Benguela e Huíla como as províncias prioritárias. A efectivação do 5G, segundo se prevê, deverá proporcionar mais velocidade na internet, reduzir custos com o conceito de network, e permitir poupança no consumo de energia nos smartphones, além de revolucionar o sector económico.

Noutro ângulo, a Unitel reclama dos "elevados custos" na manutenção dos equipamentos, fruto da desvalorização do kwanza. José Mavungo, director de operação e supervisão, enumera outras dificuldades como

as vias de acesso e a falta de energia em várias localidades. Dos 44 distritos existentes, não há cobertura de rede no Baía (em Viana) e na Bela Vista (Icolo e Bengo), ambas regiões de Luanda. No entanto, a empresa augura, este ano, efectivar a cobertura, passando a representar um aumento dos actuais 14 mil quilómetros.

Até ao fim do ano, a Unitel pretende ainda disponibilizar o serviço de transferência monetária, o 'mobile money', através da Unitel Serviços de Pagamentos Móveis, empresa em que é accionista maioritária. Esta, segundo Miguel Geraldês, vai facilitar a transferência de dinheiro e compra de recarga através do telemóvel.

Para 2022, a operadora espera estabelecer parcerias com instituições bancárias e implementar outras funções, como a compra de bens e serviços a retalhistas, lojistas e a taxistas.

PREÇOS DO EXTERIOR

As ligações de países como a África do Sul, Moçambique e Nigéria custam o equivalente a 195,43 kwanzas por cada 60 segundos. Já quem está na Europa e no Médio Oriente paga 434,29 kwanzas por minuto; das Américas fica por 510,29 kwanzas e da Ásia e Pacífico, 510,29 kwanzas. O mais caro fica para quem está a bordo de aeronaves e navios, 1.058,57 kwanzas.

DE JURE

MINISTRO DA JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS GARANTE

Angola de olhos na prevenção de crimes

LEGISLAÇÃO. Diploma visa otimizar quadro da organização e funcionamento da Provedoria de Justiça, conferindo-lhe independência, recursos e capacidade para prossecução das atribuições institucionais.



Francisco Queiroz,
ministro da
Justiça e dos
Direitos Humanos

Mário Mijetes © VE

Por Redacção

A ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz garante que vai continuar a promover a cooperação internacional e a justiça penal em Angola, assim como implementar políticas e estratégias para a prevenção do crime.

O dirigente, que participava, por videoconferência, na 30.ª sessão da Comissão sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal, garantiu também “total empenho” na aprovação de medidas

legislativas, administrativas e políticas para enfrentar o fenómeno global do crime, com vista ao fortalecimento do Estado Democrático e de Direito.

valorizou o fórum, enquanto momento de troca de conhecimentos, experiências e informações entre vários países. Para o mundo global de hoje, disse, o diálogo multilateral tem grande relevância para o desenvolvimento de estratégias nacionais e internacionais e para a criação de mecanismos de prevenção do crime e a justiça penal.

De acordo com Francisco Queiroz, o Governo tem registado “avanços substanciais” face às mudanças ocorridas na organização do Sistema de Justiça, destacando, entre as leis aprovadas até ao momento, os

novos Códigos Penal e de Processo Penal, sobre a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, contra a Proliferação de Armas de Destruição em Massa, sobre a utilização e formalização da prova obtida por meio de Videovigilância, de Acções Encobertas e de Escutas, sobre a Protecção da Vítima, da Testemunha e de Arguidos Colaboradores, entre outra legislação.

Dada a “complexidade” dos crimes, Queiroz recordou que foi solicitado o apoio de países e organizações internacionais especializadas como o Escritório das Nações Unidas sobre Droga e Crime (UNODC), um passo que se assume indispensável por Angola ter assinado, nos últimos anos, acordos inter-

nacionais de cooperação judiciária com diversos Estados, em matérias penal e cível, com vista à maior eficácia na prevenção do crime e a justiça penal.

DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS

Pelo menos, 15 acordos estão rubricados com instituições do ensino superior para que sejam integrados conteúdos de direitos humanos nos programas e currículos académicos.

Neste momento, está em curso um trabalho com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (Inide), para a incorporação de informação sobre o direito, a justiça e os direitos humanos, no âmbito do projecto de revisão curricular,



NO UÍGE

Ex-director condenado a três anos de prisão

O antigo director do Comércio, Hotelaria e Turismo do Uíge, Busseke Mansony, foi condenado, esta segunda-feira, pelo tribunal provincial a pena de três anos de prisão, pelos crimes de peculato e falsificação de documentos.

Foi igualmente condenado a pagar 400 mil kwanzas de taxa de justiça, a devolver mais de 7,8 milhões de kwanzas e a indemnizar o Estado na quantia de 1 milhão de kwanzas.

O tribunal condenou também o empresário Eugénio Ferraz a dois anos de prisão por cumplicidade nos crimes, e a pagar mais de 769 mil kwanzas de que se apropriou injustamente, indemnizar o Estado no valor de um milhão de kwanzas e pagar uma taxa de justiça de 400 mil kwanzas.

Quanto aos crimes de associação criminosa, o juiz Mário dos Prazeres absolveu o ex-director do Comércio, Hotelaria e Turismo, num julgamento que teve início a 12 Março deste ano. A advogada de defesa do antigo director, Edna Bambi, disse, entretanto, que vai recorrer da sentença, por considerar que o seu constituente é inocente.

CASAL GATES SEPARA-SE

Divórcios multibilionários

PARTILHA DE RIQUEZA. Um dos casais mais ricos do mundo, Bill e Melinda Gates, vai divorciar-se, e com uma fortuna de perto de 150 mil milhões de dólares, a atenção dos media está voltada para o valor do acordo que vai selar o fim do casamento de mais de duas décadas e meia, provavelmente um record do top dos divórcios mais caros do mundo.

Por Redacção

Melinda Gates, aos 56 anos, filantropa, ex-gestora da Microsoft, presença constante das listas de mulheres mais poderosas do mundo, com uma fortuna avaliada em mais de dois biliões de dólares, e casada com o quarto homem mais rico do mundo, deu entrada, no início deste mês, do pedido de divórcio que sela a separação de Bill Gates, ao fim de 27 anos de casamento. Tudo aponta para que venha a ser este o divórcio mais caro do mundo, que, assinado de comum acordo, poderá custar ao fundador da Microsoft metade da fortuna combinada do casal que anda estimada em cerca de 146 mil milhões de dólares.

Sendo que a família reside em Washington e que a lei determina que todos os bens adquiridos depois do casamento sejam divididos igualmente pelo casal, o divórcio poderá custar 73 mil milhões de dólares a Bill Gates.



“Irremediavelmente quebrado” é como o casamento é descrito no documento assinado e, nos últimos dias têm ressurgido, notícias sobre casos amorosos que o multibilionário terá tido dentro da empresa, acusações de assédio sexual desajeitado e sobre ligações entre o Bill Gates e Jeffrey Epstein, que foi acusado de tráfico de meninas para exploração sexual.

OS OUTROS NOVE DIVÓRCIOS MAIS CAROS EM REGISTO

1. Jeff Bezos e Mackenzie Scott: 38 mil milhões de dólares pagos por Bezos, o homem mais rico do mundo com 197 mil milhões de dólares, a Scott em 2019, puseram fim a um casamento de 26 anos.

2. Alec e Jocelyn Wildenstein: em 1999, o divórcio do negociador

em arte, ao fim de 21 anos de casamento, custou-lhe 2,5 mil milhões de dólares mais 100 milhões anuais durante 13 anos, chegando a um total de 3,8 mil milhões de dólares.

3. Rupert Murdoch e Anna Mann: 1,7 mil milhões de dólares é quanto terá custado ao bilionário investidor em media o divórcio ao fim de 30 anos, em 1998.

4. Bernie Ecclestone e Slavica Radic: em 2009, ao fim de 25 anos

de casamento, o acordo custou 1,2 mil milhões de dólares ao executivo da Fórmula 1.

5. Steve e Elaine Wynn: um casal repetente que já se tinha separado depois de 23 anos juntos que se voltou a casar em 1991 para se divorciar nove anos depois, separou-se em 2010 com um custo de mil milhões de dólares mais 741 milhões em ações do negócio de casinos em Las Vegas.

6. Harold Hamm e Sue Arnall: um cheque de 975 milhões de dólares assinado pelo magnata dos petróleos pôs fim ao divórcio em 2014, mas Arnall só depositou um ano mais tarde depois de lutar para receber mais.

7. Adnam e Soraya Khashoggi: o bilionário saudita pagou 874 milhões para se divorciar em 1982.

8. Dmitry e Elena Rybolovlev: o casamento de 26 anos acabou em 2008 com um juiz a ordenar o pagamento 4,5 mil milhões de dólares que foi reduzido para 600 milhões depois de negociações.

9. Craig e Wendy McCaw: em 1998, o casal separou-se com um custo de 460 milhões pago por Craig à mulher que ajudou a criar a empresa que a rede AT&T comprou mais tarde por 11,5 mil milhões de dólares.



(In)formalizando

DEFENDEM ESPECIALISTAS

Implementação do imposto digital "é urgente"

TRIBUTAÇÃO. Dois economistas e um jurista entendem ser tempo de o Estado revolucionar o fisco, com a cobrança de impostos aos negócios no digital. Empreendedores não concordam e alertam para o contexto económico e falta de condições. Em África, há exemplos pioneiros entre os quais o Quênia e o quase vizinho Zimbábue.

Por Guilherme Francisco

Com a transição acelerada do paradigma tradicional para o digital, em parte pela pandemia da covid-19, levantou-se o debate sobre a tributação de vários negócios do novo universo que escapam da fiscalidade dos países e, em Angola, vários especialistas alertam para a "urgência" na concretização de uma "revolução tributária" que defina e delimite as novas formas de riquezas, até agora não regulamentadas.

Para o jurista Elton Adonias, a autoridade tributária deve estar atenta ao "grande avanço" que as empresas digitais têm dado no mercado angolano. "Actualmente, em Angola, a maneira mais fácil de fugir da tributação é criar empresas digitais, por não termos leis que regulem a tributação de empresas digitais. As regras tributárias foram feitas para serem aplicadas às empresas com presença física em Angola. Com o aparecimento de novas tecnologias e modelos empresariais, têm surgido empresas que não têm presença física, mas têm lucros elevados no nosso mercado. Esta lacuna regulamentar tem demonstrado que o sistema tributário angolano está desactualizado", observa.

Para o jurista, a regulamentação



Empreendedores
contrariam
especialistas

do imposto digital permitirá uma "concorrência equitativa" entre as empresas digitais e tradicionais, porquanto o comércio electrónico gera rendimento que constitui garantia da existência de capacidade contributiva. Pelo que, considera existir injustiça tributária e recomenda reformas urgentes. "O Estado angolano deve fazer uma reforma pontual no sistema tributário das empresas, criando vários critérios, entre os quais, o critério 'user value creation', verificação das transacções financeiras, obrigatoriedade informativa, impostos digitais sobre os serviços digitais", propõe. E avança alguns serviços digitais a serem tributados, como é o caso da publicidade direccionada e actividades de

intermediação digital que facilitem a venda de bens e serviços. "Nesta vertente, aplica-se o princípio da tributação nas receitas e a não tributação nos lucros. Mediante este princípio, que é muito recorrente na tributação digital, o Estado angolano pode tributar empresas digitais sem a sua presença física em Angola", defende.

O economista Alexandre Sérgio Manganda, por sua vez, considera que, antes da implementação, é necessário que o Estado estude as "hipóteses factíveis", porque, se "não houver um estudo profundo, pode gerar distorções económicas" com impacto negativo na inflação. "Faz sentido pensar numa forma de tributação que quebre paradigmas. O imposto digital seria o reflexo dessa

nova era digital aplicada à tributação, que é a forma mais moderna de as empresas conseguirem financiar o Estado", assinala.

O também fundador e CEO da startup de venda de produtos agrícola, Field Right, defende ser "fundamental" para se manter certa estabilidade na arrecadação tributária, mas adverte ser um processo que demora. "Não é uma coisa que se implemente da noite para o dia, deve ser analisada com cuidado e tem de ser feita de uma maneira bem planeada", insiste.

Já para o economista Daniel Sapateiro, há dois critérios que podem mudar o paradigma tradicional de tributação: onde e o que tributar. Quanto ao primeiro cri-

tério, escreve, deverão estar sujeitas a imposto as empresas digitais que tenham uma presença digital relevante. "Sendo assim consideradas aquelas que excedam, por exemplo, 100 milhões de kwanzas de rendimentos anuais, que tenham celebrado mais de mil contratos empresariais de serviços digitais ou que excedam 10 mil utilizadores", sugere. No caso do segundo critério (o que tributar), propõe que serão relevantes "os rendimentos criados pela venda de espaço publicitário online, ou os provenientes de plataformas de comércio electrónico ou aqueles que são gerados pela venda de dados dos utilizadores, como são as aplicações para telefones e tablets para um conjunto variado de serviços: entrega de bens alimentares, mercadorias de pequeno porte, serviço de táxi."

EMPREENDEDORES DISCORDAM

O empreendedor Daniel Pires, CEO da Tussole, cujos serviços estão 70% no digital, discorda dos especialistas, argumentando que o momento "não é adequado" para a implementação do imposto. "Serviços digitais são a forma mais rápida que a juventude encontrou para se virar na vida hoje, consegue fazer os seus pequenos trabalhos e ajeitar-se. O Governo devia preocupar-se em dar oportunidades a esses jovens, como eu, de crescer, criar estrutura e daí pensar noutras responsabilidades", defende.

Matias Daniel, também empreendedor digital, considera o momento "inoportuno" pelo facto de não estar reunido um conjunto de condições, que vão desde o "bom sinal de internet à legislação digital".

Segundo um relatório sobre a evasão fiscal, divulgado pela organização não-governamental britânica Action Aid International, 12 países da África subsariana perdem até 2,3 mil milhões de euros em receitas fiscais do Facebook, Microsoft e Google.

No sentido de contornar a actual realidade, este ano, o Quênia passou a cobrar às empresas digitais, independentemente da sede, 1,5% de impostos, e prevê até ao próximo mês arrecadar 37,8 milhões de euros. O Zimbábue é outro país africano que também optou por esse tipo de imposto.

Embora de forma lenta, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) trabalha num projecto de fiscalidade uniforme, a ser subscrito por 134 países.

CONTAS QUE SIMPLIFICAM A VIDA E OS NEGÓCIOS. **JÁ CÁ CANTAM.**

CONHEÇA AS NOVAS **CONTAS BIC SIMPLIFICADAS**
COM ABERTURA FÁCIL E IMEDIATA.

Depósito à Ordem

Montante Mínimo de Abertura:
Fins Pessoais: 5.000 AKZ
Fins Comerciais: 10.000 AKZ
Fins Comerciais c/ TPA: 20.000 AKZ

Depósito a Prazo

Montante Mínimo de Constituição:
Fins Pessoais: 50.000 AKZ
Fins Comerciais: 100.000 AKZ
Fins Comerciais c/ TPA: 200.000 AKZ



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H



BancoBIC
Crescemos Juntos

www.bancobic.ae



Opiniões

A Iniciativa "Cinturão e Rota" do PCCh e a África



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

600 anos atrás, o famoso navegador chinês Zheng He liderou uma enorme frota e visitou muitos países africanos antigos, inclusive o Quênia por várias vezes, carregando uma grande quantidade de ouro, prata, seda, porcelana e chá para fazer negócio justo e igual com os africanos em troca de especialidades locais. A justiça e a complementaridade promoveram o desenvolvimento do comércio marítimo sino-africano. A integração da África Oriental no sistema comercial da Rota da Seda Marítima impulsionou o desenvolvimento do transporte marítimo e do comércio entre a Ásia e a África.

Em 2013, o presidente Chinês Xi Jinping propôs a construção conjunta da iniciativa "Cinturão e Rota". Até hoje, a China assinou mais de 200 documentos de cooperação para essa iniciativa com 140 países e 31 organizações internacionais. Angola foi membro do primeiro grupo africano a assinar o memorando de entendimento sobre a construção conjunta da "Cinturão e Rota" com o governo chinês. A prática tem demonstrado que a iniciativa é um mecanismo de cooperação econômica estável e sustentável que pode responder plenamente ao impacto negativo da Covid-19. Em termos de promoção da interconexão na área de infraestrutura, o caminho-de-ferro Expresso China-Europa é um caso típico. Em 2020,



12,4 mil comboios de carga circularam entre a China e Europa, carregando 1.135 milhão de contentores e cobrindo 90 cidades em 20 países europeus. Outro exemplo é o Corredor Econômico China-Paquistão, incluindo o Porto de Gwadar, infraestrutura de transporte, energia e indústria, o que melhorou a situação de segurança regional e o bem-estar do povo local.

A China é o maior país em vias de desenvolvimento, enquanto a África é o continente com a maior concentração de países em desenvolvimento. A cooperação China-África tem a base sólida e amplas perspectivas. A África é uma das direções importantes da iniciativa "Cinturão e Rota". Já em 1970, a China forneceu assistência técnica e financeira e concretizou a cooperação tripartida China-Tanzânia-Zâmbia. Em apenas cinco anos concluiu a grande linha troncal conectando a África Oriental, Central e do Sul (de Dar es Salaam da Tanzânia até Kapirimpohi na Zâmbia), um comprimento total de 1860,5 km do caminho-de-

A China assinou mais de 200 documentos de cooperação para essa iniciativa com 140 países e 31 organizações internacionais.

-ferro Tanzânia-Zâmbia. De 2014 a 2017, a China construiu o caminho-de-ferro Mombasa a Nairobi, adotando o modelo de gestão de capital, design, construção, equipamento e operação totalmente da China. É uma ferrovia moderna de bitola padrão com 480 km, com a velocidade de 120 km/h para passageiros e 80 km/h para carga. 46 mil empregos foram criados diretamente para a população africana. Em Angola, existem também muitos projectos do caminho-de-ferro, rodoviários

e telecomunicações que a China tem participado. Eles não só prestam assistência ao desenvolvimento da economia e da sociedade angolana, mas também ajuda Angola a aproveitar as suas vantagens geográficas com o fim de construir o elo entre o interior de África e o mundo. Por exemplo, o comboio "Orgulho da África" passa por Angola, RDC, Zâmbia e Tanzânia. Pela primeira vez na história, o transporte ferroviário de passageiros foi utilizado para ligar os oceanos Atlântico e Índico. Neste "Caminho-de-Ferro de Dois Oceanos" com 4.300 km que cruza o continente africano, o Caminho-de-Ferro de Benguela com uma extensão de 1.344 km tem sido unanimemente elogiado pelos passageiros pelas suas boas condições rodoviárias e confortável experiência de passagem. Todos estes são projetos da iniciativa chinesa "Cinturão e Rota" para conectar os objetivos de desenvolvimento da África e a Agenda 2063 da União Africana.

A China tem uma experiência de revitalização econômica: "Se

quiser ser rico, deve construir estradas antes". A construção conjunta China-África e China-Angola da "Cinturão e Rota" aumentará significativamente o nível de liberalização e facilitação do comércio e do investimento em África e promoverá o desenvolvimento econômico e social da África. O Fórum de Cooperação China-África, estabelecido em 2000, tem sido a plataforma importante para o desenvolvimento das relações China-África, definindo a direção para a China-África desenvolver uma nova parceria estável, igualitária e mutuamente benéfica a longo prazo. É a primeira plataforma de diálogo institucional criada pela China e o primeiro mecanismo de cooperação para um continente total. Através do Fórum de Cooperação China-África e da "Cinturão e Rota", o volume de comércio China-África saltou de 10,6 mil milhões de USD em 2000 para 204,19 mil milhões de USD em 2018, um aumento de 20 vezes. A China manteve campeão comercial da África por 11 anos consecutivos. Nos últimos 20 anos, a China ajudou a África na construção de mais de 6 mil km de caminho-de-ferro, 6 mil km de estradas, 20 portos e mais de 80 instalações de energia em grande escala. O investimento direto da China na África aumentou 100 vezes, e as empresas chinesas criaram mais de 4,5 milhões de empregos aos africanos.

Acreditamos que, enraizado no solo histórico da antiga Rota da Seda, nas relações duradouras entre China-África, a cooperação das duas partes com base na igualdade, respeito, benefício mútuo e cooperação ganha-ganha, a construção conjunta da "Cinturão e Rota" certamente fará com que ambas as partes se juntem de coração a coração, e construam uma comunidade mais próxima do futuro compartilhado China-África e China-Angola.

“Em primeiro lugar, é fundamental que as pessoas encontrem um conforto na legislação, de forma a se sentirem confiantes a denunciarem eventuais situações de assédio moral.”

Mobbing – O monstro silencioso das relações laborais



Edivaldo João,
Consultant EY,
People Advisory
Services

Nos últimos tempos, temos assistido a um “show” de escândalos em Hollywood, que trouxeram à tona e às “telas” um dos lados mais obscuros e repudiáveis das relações laborais, o mobbing, ou, simplesmente, assédio moral no trabalho.

O assédio moral não deve ser confundido com o assédio sexual, apesar deste ser uma das manifestações mais recorrentes, conhecidas e reprováveis do assédio moral.

A Organização Internacional do Trabalho (2019), OIT, refere que o assédio moral no local do trabalho pode ser entendido como “um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, isoladas ou continuadas, que têm como objectivo causar danos físicos, psicológicos,

económicos ou sexuais ao Colaborador” (homem ou mulher). Apesar da definição da OIT, fazer referência ao local de trabalho, devemos entender o mobbing como sendo um fenómeno muito mais abrangente, uma vez que também inclui eventos que acontecem fora do local de trabalho. Neste sentido, é mais correcto utilizarmos o conceito de assédio moral nas relações laborais, pois acaba por ser mais amplo.

Além das directrizes da OIT, aos poucos, o silêncio do mobbing tem vindo a ganhar voz dentro do quadro legal dos países, que têm vindo a incluir a questão do mobbing nas suas legislações internas.

Em Angola, a legislação é omissa relativamente à questão do assédio moral nas relações de trabalho, ao contrário de outros países como Portugal e Brasil, por exemplo, onde o assédio moral é considerado crime. Com excepção de alguns artigos da Constituição da República Angolana, que fazem referência aos direitos e à dignidade / integridade do Cidadão e do Código Penal que faz referência ao assédio sexual, a Legislação Geral do Trabalho Angolana, apresenta apenas alguns artigos sobre

os direitos do trabalhador, que podem ser facilmente “confundidos”. Não existe assim uma clara menção à temática do assédio moral nas relações laborais, criando condições para que este fenómeno do mal se prolifere dentro das Organizações. Mais um exemplo onde a legislação teima em não se ajustar às necessidades do mercado, apresentando uma inércia agudizada.

Em primeiro lugar, é fundamental que as pessoas encontrem um conforto na legislação, de forma a se sentirem confiantes a denunciarem eventuais situações de assédio moral. Em segundo lugar é crítico que as Organizações desenvolvam mecanismos que visem eliminar manifestações de assédio moral nas relações de trabalho. Aqui, as áreas Jurídicas, de Compliance e de Gestão de Recursos Humanos devem ter um papel activo.

No contexto angolano, existem duas entidades que devem estar na linha da frente na luta contra o mobbing, são elas a Inspeção Geral do Trabalho (IGT) e o Tribunal do Trabalho. Enquanto responsável por fiscalizar as condições de trabalho no território nacional, o IGT deve criar e apoiar as Orga-

nizações a criarem mecanismos que visem eliminar manifestações do mobbing. Por lado, o Tribunal do Trabalho deve garantir que todos os processos relacionados com o assédio moral são devidamente tratados, e se necessário, com a aplicação de medidas severas punitivas e correctivas.

O assédio moral nas relações laborais é um mal que deve ser combatido de todas as formas, pois ele é capaz de trazer danos irreparáveis a nível físico, mental, social e não só aos colaboradores.

Na EY estamos comprometidos com o nosso propósito de apoiar os nossos parceiros e a sociedade na criação de um ambiente melhor de negócios, onde não há espaço para o mobbing. Desenvolvemos uma abordagem assente em quatro pilares: a criação de um código de conduta que visa alinhar os comportamentos dos colaboradores com os valores da Organização, a criação e disponibilização de mecanismos de denúncias para eventuais situações de mobbing, a definição da estrutura de reporte e investigação dos casos de mobbing e o awareness e formação sobre o mobbing e os seus efeitos nas relações laborais.



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

As notícias a marcarem a actualidade desta semana em Angola andaram muito em torno da saúde, e, sobretudo, da falta dela.

O deputado Raul Danda perdeu a vida e as perguntas tocaram nesse tema questionando até que ponto a falta de um sistema de saúde funcional o poderia ter ajudado a tempo de evitar a morte que é mais uma perda de peso a nível do panorama político nacional. Até que ponto poderia ter sinalizado mais cedo algum problema ou ter dado uma assistência mais emergencial que sabemos ser fundamental para salvar vidas. Em Angola, esperar uma ambulância com pessoal treinado e cuidados de emergência a tempo e horas é quase matéria de sonho e necessitar de qualquer tipo de socorro de saúde urgente matéria de pesadelo. As teorias sobre a morte do deputado poder ter mão criminosa não levam em conta que a falta aberrante da saúde no país é meio caminho andado para se morrer com qualquer situação que num país desenvolvido seria tratada com normalidade ou nem aconteceria de todo.

Também o PR colocou a saúde na agenda mediática quando foi apañhar a vacina contra a covid (que esta semana já matou cerca de duas dezenas de pessoas no país) para precaver a sua saúde, mas certamente mais para dar o exemplo aos angolanos. Pergunto-me se não daria jeito também uma vacina antirrábica e de preferência que prevenisse os ímpetos revanchistas que prejudicam a governação fazendo-a ficar cega, tão mais focada em castigar inimigos do que em transformar o país para melhor. E que é contagiosa a ponto de inquinhar todo o

ambiente à volta... é que a olhos vistos o país tem piorado. A inflação que é dos indicadores que melhor radiografam o que vai na base da economia subiu 24,82% nos últimos 12 meses devido à perda de valor do kwanza e ao aumento dos preços generalizado, mas sobretudo na alimentação, que dizem os nossos governantes já termos condições de produzir para substituir as importações... Há piadas... Angola caiu do terceiro para o oitavo lugar das economias africanas ao cabo de cinco anos de crescimento negativo segundo uma consultora que elabora estudos com dados dos bancos centrais e INE.

Voltando à saúde, os casos de covid aumentaram, as medidas apertaram, soluções essas é que falharam... Os transportes colectivos continuam a amontoar gente de forma absolutamente escandalosa em tempo de pandemia, enquanto o Governo exige um distanciamento social impraticável. Os hospitais, linha da frente do combate à pandemia, são aquela miséria que os vídeos e fotos online mostram, gente amontoada nos corredores, macas divididas entre três pacientes cada uma, as doenças, sobretudo diarreicas tapadas pelo Governo com a peneira da vergonha pela falta de saneamento e recolha de lixo que chegaram a níveis inaceitáveis.

“Temos de esclarecer que não há cólera” – diz a ministra, - ok - mas há certamente qualquer coisa que mata bastante a reduzir ainda mais a capacidade hospitalar que já era pouca. Quando ouvimos os hospitais estão à beira do colapso a pergunta óbvia é e agora pergunto eu... não colapsaram já há muito tempo?

Naturalmente que a culpa não é da ministra, que herdou um sistema falhado e que enfrenta ‘doenças Golias’. Mas tapar o sol com a peneira, fingir que o sistema de saúde é tão pouco digno desse nome, dar primazia à covid porque está na moda e estar na moda implica contratos, compras de vacinas, construção de alas covid-19, subsídios internacionais e etc., e com tudo isso tentar esconder o que vai matando todos os dias naqueles cor-



As notícias a marcarem a actualidade desta semana em Angola andaram muito em torno da saúde, e, sobretudo da falta dela.

redores da morte dos hospitais, as doenças diarreicas pioradas substancialmente pela irresponsabilidade criminosa com o saneamento e a saúde pública, é insustentável.

Este estado de colapso, que infelizmente não se limita ao sistema de saúde e se estende ao conjunto dos factores e sectores que ditam a qualidade de vida de uma nação, esse estado de colapso é tão flagrante, tão visível que não já pode ser só da

responsabilidade de governantes incompetentes.

Da mesma forma que os directores dos hospitais expostos online foram despedidos sem serem os culpados únicos pela miséria palaciana que corrói as unidades que dirigiam (provavelmente foram despedidos mais porque deixaram sair imagens do que por lá acontece) também a ministra não é responsável única ou última do estado desgraçado do sistema de saúde. Pela mesma ordem de ideias também o governo e o presidente não podem ser responsáveis únicos e últimos pela desgraça da nossa economia, apesar das decisões e prioridades erradas que tão frequentemente demonstram.

Há uma responsabilidade de alguma forma partilhada que importa reconhecer para possibilitar mudar o quadro de miséria. Uma responsabilidade partilhada por aqueles que sendo mais esclarecidos “não descem do muro” e não usam a sua capacidade inte-

lectual e interventiva que têm para apontar caminhos diferentes, melhores. Fazem isso em busca de estabilidade pessoal, às vezes, só de paz, porque naturalmente criticar implica arriscar a colecta de inimigos da liberdade de expressão e da capacidade de pensar pela própria cabeça, particularmente numa sociedade em que as vinganças pessoais tomam primazia sobre o interesse público e do país, e em que se tornou comum vermos referências do conhecimento em diferentes áreas completamente abafadas e bloqueadas porque algum chefe, frequentemente muito menos capacitado, assim ditou.

E há também responsabilidades partilhadas com a própria oposição que vive se queixando, mas que não tinha feito até agora um trabalho condigno a apresentar-se como verdadeira alternativa. Uma alternativa que traga oxigénio ao panorama político e social, que ponha de lado o passado e ultrapasse as querelas pessoais para pensar país.

Pode ser que isso mude com a nova plataforma política que junta três pesos pesados da oposição, e que têm um ano para demonstrar ao que vem, e que é capaz de se despir dos partidarismos para trabalhar para construir uma Angola feita de instituições fortes em vez de feita de homens fortes. Que seja capaz de pôr a trabalhar lado a lado opositores políticos, incluindo mesmo alguns actualmente parte do aparelho de Estado e por isso

parte do problema, mas também instrumentais para o desenvolvimento dessas instituições fortes. É preciso que qualquer alternativa seja capaz de unificar em vez de dividir e assim fazer mais pelo país. Têm todos muito que provar como temos nós, eu e o querido leitor. Na semana que passou neste espaço por escrito fiz referência a uma campanha que está a decorrer para acudir à fome no sul do país, procure a página do Facebook S.O.S Angola Sul voluntários anónimos, um grupo feito de pessoas que querem ajudar sem precisar de aparecer nas fotografias, e apoie essa iniciativa ou as outras que de norte a sul fazem recolhas para acudir à calamidade que é bem mais grave do que o covid, uma calamidade feita de fome. Temos essa responsabilidade e a do voto.

Com consciência das responsabilidades partilhadas e esperança em dias melhores, querido ouvinte, marcamos encontro aqui e na sua Rádio Essencial às sextas-feiras.

Faça negócios à velocidade da luz

O futuro é agora



QUALIDADE

- + Rapidez
- + Fiabilidade
- + Cobertura

Linha de Apoio
a Empresas

19 300

www.unitel.ao

 **UNITEL**
EMPRESAS



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**



Edição 258 Likes 638 Partilhas 96

A capa da última edição do Valor Económico que dava destaque à aprovação pelo Presidente da República de pelo menos 2,8 mil milhões de USD não previstos no OGE, ao corte de subsídios na TAAG e à entrevista a Maurício Nguelessi, economista que afirma que “o combate brindou-nos com o desemprego” alcançou mais de 35 mil internautas no Facebook e mais de 3300 interações entre comentários partilhas e emoções.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Lourenco Manuel

Perdeu rede, num tá dá conta do recado, nem respeita as leis de orçamento. Humhum, marimbondo a vista



Reginaldo Regimour

Lobo disfarçado de ovelha.



Claudio Costa

Quando perseguem a pessoa, que estava a dar emprego no país... O que esperam?



Nelo CF

Também quero uma fatia desse bolo fora do OGE.



Antónia Trindade

Tendência é piorar



Valdemiro Pascoal

Gravíssimo



António Santos

"Não é verdade"... O desemprego já existia antes do combate. O que se deu foi apenas a continuidade



Michel Alfonso

Naquele apartado que diz Pandemia derruba 51% de empregos em Angola. Correição não foi a Pandemia, foi a AGT com a intolerância de cobrar impostos mesmo sabendo que as empresas estão a trabalhar a 50% da sua mão de obra e do seu tempo laboral.



Joao Fortunato Fortunato

Taag corta até 100% nos subsídios... Cool Só falta a AGT reduzir.



Joao de Abreu

E ninguém pode fiscalizar a atuação do titular... E o marimbondo era o outro



Bob Dilla

Vejam só esses incompetentes do MPLA...João Lourenço é um ditador, rancoroso e incompetente, digo mais, é uma fraude total...



Benjamim Castello

Novos tempos, velhos vícios. É fácil criticar. Mas, é difícil fazer melhor. Diz um velho adágio bantu.



Nelson Chivanja

Aprovou tantos milhões mas a fome só aumentou...



Калышо Ниростоь Манженже

Eu não sei de que tamanho é o cérebro daqueles que dizem que com a política do cota 333 a vida dos Angolas vai melhorar daqui mais alguns poucos anos.



José Rui de Carvalho

Angolano e incapaz de governar este país



Paulo Neto

Uma das bancadas parlamentares deveriam tomar iniciativa legislativa para limitar o nível de endividamento e de despesas fora do OGE. O OGE é lei se não é cumprida é um problema.



Sandra Barroso

Paulo Neto diga lá como é k a oposição com minoria poderia fazer isso? O presidente é k se fosse uma pessoa honesta, assumia não ter capacidade de governação e fazia eleições antecipadas

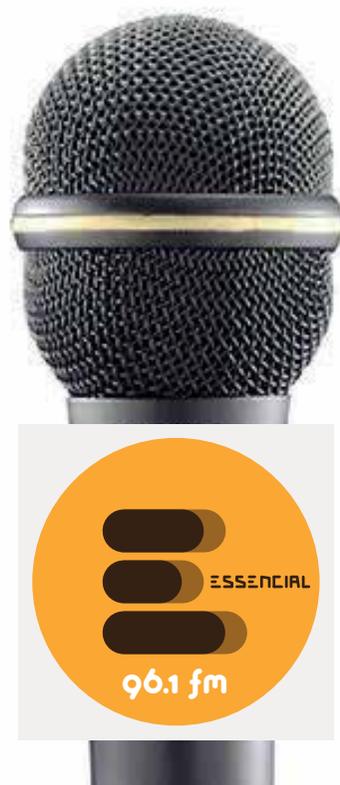


Nelson Chivanja

Paulo Neto é impossível se o MPLA tiver sempre com maioria absoluta...

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Covid-19



PORTUGAL

Estudo aponta redução de anticorpos

Um estudo coordenado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), em Portugal, alerta para a redução de anticorpos contra o vírus SARS-CoV-2 três meses após a infecção e defende a vacinação em pessoas anteriormente infectadas.

Participado por 8.463 pessoas com idades de 1 a 79 anos, o levantamento, denominado Inquérito Serológico Nacional Covid-19, foi feito entre 1 de Fevereiro a 31 de Março de 2021 e alerta que as conclusões devem ser avaliadas em estudos específicos, face à pertinência de monitorizar a prevalência de anticorpos específicos para o SARS-CoV-2, ao longo do tempo.

Por outro lado, esta hipótese de decaimento dos anticorpos, aponta ainda o estudo, justifica a actual opção de vacinar as pessoas previamente infectadas por SARS-CoV-2, apesar de o decaimento de anticorpos ao longo do tempo, e mesmo ausência de anticorpos detetáveis, poderem não corresponder a uma total ausência de protecção, dado o papel da memória imunitária e da manutenção de mecanismos de imunidade celular.

SPUTNIK V

PR vacinado 2 meses depois da suposta vacina no Dubai

O Presidente João Lourenço foi vacinado contra a covid-19, no Complexo Paz Flor, tendo-lhe sido administrada a vacina russa Sputnik V. O acto aconteceu na quinta-feira, 13, cerca de dois meses depois das informações que davam conta de Lourenço ter apanhado a primeira dose da vacina contra a covid-19, a 15 de Março, no Dubai durante uma viagem privada.

Na altura, as informações faziam também referência que o Presidente teria recebido a vacina russa, mas as autoridades não desmentiram nem confirmaram a informação. Angola iniciou a campanha de vacinação no princípio de Março com 600 mil doses da vacina fabricada pelo laboratório anglo-sueco AstraZeneca, chegadas

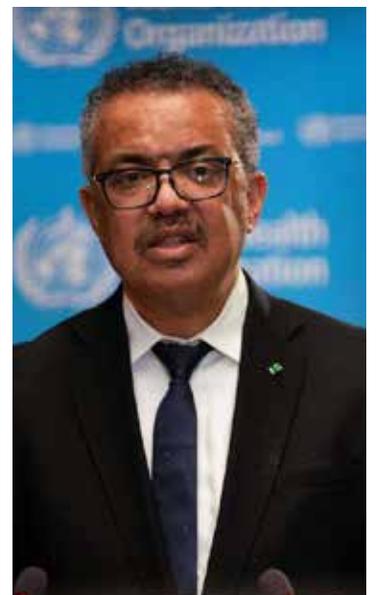
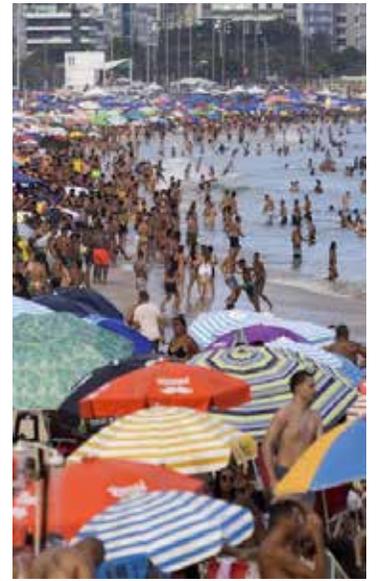
ao país por intermédio do programa Covax, administrado pelas Nações Unidas.

Estavam previstas oito semanas para a primeira fase da campanha. A segunda dose começou a ser administrada a 3 de Maio, estando, inicialmente, disponíveis um milhão de doses da vacina da AstraZeneca.

PRIMEIRA-DAMA TAMBÉM VACINADA

Tal como João Lourenço, a primeira-dama, Ana Dias Lourenço, também foi vacinada com a dose da Sputnik V.

Foram ainda vacinados o vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, tal como a sua esposa, e o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.



EM DIVEROS PAÍSES

OMS aponta situação preocupante

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou, nesta segunda-feira, que a situação em alguns países é ainda “muito preocupante”, apesar da redução de casos positivos de covid-19 pela segunda semana consecutiva.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse ainda que há países que tiveram bons resultados a conter os contágios, mas que agora estão com um aumento dramático de casos de infeções e mortes. Tedros Adhanom falava na habitual videoconferência de imprensa sobre a pandemia da covid-19, transmitida da sede da organização, em Genebra, na Suíça.

A ÍNDIA REGISTOU na terça-feira novo recorde de mortes por covid-19 com 4.329 óbitos em 24 horas, elevando para 278 mil o número de vítimas mortais.

EM 24 HORAS

Angola com novo record de óbitos

Angola registou, em 24 horas (de domingo, 16, para segunda-feira, 17), um novo recorde de mortes por covid-19, com 18 óbitos, de acordo com os dados apresentados pelo secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda.

Segundo os dados, morreram 12 homens e seis mulheres com idades que variam entre os 30 e 81 anos, todos angolanos. Luanda liderou as estatísticas com 11 óbitos, seguindo-se a Huíla com quatro e Cabinda com três.

O recorde de mortes em 24 horas supera o registado a 6 de Outubro de 2020, quando foram anunciados 12 óbitos. O maior registo de 2021 era de nove mortos, anunciados a 10 de Fevereiro e também a 5 de Maio.

Franco Mufinda anunciou também 154 novos casos de infecção, 131 dos quais registados em Luanda, 14 no Huambo, quatro na Huíla e três no Bié. Benguela e Zaire registaram um caso cada província. As idades variaram entre os 8 meses e os 83 anos, sendo 92 do sexo masculino e 62 do feminino.

No mesmo período, foram recuperados 12 pacientes com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos.

O documento da Direcção Nacional de Saúde Pública indica ainda que, no período, foram processadas 2.484 amostras por RT-PCR, registando-se um cumulativo de 540.918 amostras realizadas desde o surgimento da pandemia. A taxa de positividade é de 5,7%.



UNIÃO EUROPEIA

Portugal, terceiro país com menos novos casos

O número médio de novos casos por SARS-CoV-2 por milhão de habitantes em Portugal subiu ligeiramente de 32,29 para 36,43, colocando este país como terceiro entre os estados-membros da União Europeia (EU) com menos registos.

O país da União Europeia com mais novos casos diários é a Suécia com 414 de média por milhão de habitantes, seguida da Lituânia (404), Países Baixos (319), Letónia (304) e Chipre (266).

Portugal mantém a média diária de novas mortes nos últimos sete dias em 0,21 e é o terceiro país da União em melhor posição, diz o estudo, atrás da

Dinamarca, com uma média de 0,12, e Malta, que está em zero.

Segundo a média móvel da EU para novas mortes diárias, houve uma descida de 3,73 para 2,99 e a mundial desceu nos últimos sete dias de 1,66 para 1,58. Quanto a novos casos diários, a média móvel europeia desceu de 185 para 143 e a mundial desceu de 99 para 86.

Fora da Europa, a média diária de novas mortes por milhão de habitantes atribuídas à covid-19 mantém o Uruguai na pior situação (13,8), seguindo-se a Argentina (10,1), Colômbia (9,6), Paraguai (9,3) Peru (9,1) e Brasil (1).

PORTUGAL

Cinco mil suspeitas de reacções adversas à vacina

Portugal registou 5.665 suspeitas de reacções adversas à vacina contra a covid-19 e houve 35 mortes comunicadas em idosos com várias doenças, não estando, entretanto, demonstrada a relação causa-efeito, segundo a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde.

De acordo com o último relatório da instituição, com data de 14 de Maio, a maior parte das reacções adversas (72,9%) está ligada à vacina da Pfizer/BioNtech, com 4129 casos, seguindo-se a da AstraZeneca (Vaxzevria), com 1234, e a da Moderna, com 302.

A instituição sublinha, contudo, que “as reacções adversas notificadas não têm necessariamente uma relação causal com a vacina administrada”.



RAKING GLOBAL DE VACINAS

Brasil cai duas posições, Reino Unido continua a liderar

O Brasil caiu duas posições e é o 62.º, enquanto o Reino Unido continua a ser o líder do ranking global de aplicação de doses da vacina contra a covid-19 em cada 100 habitantes, de acordo com os dados de segunda-feira (17).

O Brasil, que iniciou a vacinação há exactamente quatro meses, já esteve na 56ª posi-

ção desse ranking e, na última sexta-feira (14), ocupava a 60.ª posição. Entre os países que compõem o G20, grupo das 20 maiores economias do mundo, desceu uma posição e está em 10.º com 27,37 doses aplicadas a cada 100 habitantes.

O Reino Unido lidera com 83,49, seguem-se os Estados

Unidos com 81,79 e o Canadá com 48,79. A Alemanha ocupa a quarta posição com 47,04, seguindo-se a Itália (45,34) e França (42,81). A Arábia Saudita (32,80) está em sétimo lugar, seguida pela Turquia, com 30,56 doses da vacina contra a covid-19 aplicadas a cada 100 habitantes.

Marcas & Estilos



Sonos especiais

A máscara de dormir da Lacey é parte de uma cooperação de edição limitada com a magnífica designer de bonecas Amanda Fatherazi, famosa pelas estimadas bonecas bordadas de forma especial. Tem uma capacidade fantástica de incorporar bonecas ao mundo da moda, tendo sido fundamental para dar vida à musa da marca Morgan Lane.



Poder e força

Embora sejam projectadas para espumante, as taças de champagne Elevo aceitam todos os tipos de bebidas. São pedras preciosas esculpidas em ágata, pensadas para encorajar a calma e a paz. São de cristal e feitas de ametista, que confere poder e força.



AUTOMÓVEL

Para bolsos velozes

O Velar leve da Land Rover sempre foi destinado a apresentar um motor de alto desempenho, mas quem poderia imaginar que uma nova versão do SVAD seria o Range Rover mais rápido de todos os tempos?

Abençoado com um motor V8 de 542 cavalos emprestado do Range Rover SVR mais pesado, o Velar SVAutobiography Dynamic de aparência escorregadia quebra de barreira de cinco segundos para 60 mph e continua acelerando até 176 mph. Existem muitos carros desportivos que vão manter esse desempenho hoje em dia.

A empresa vendeu muito mais do que o esperado, o que significa que esta nova versão mais lisa nunca esteve em dúvida. De longe o modelo de aparência mais moderna no estábulo do Range Rover, o Velar SVAD precisava de ser bom para competir com um monte de rivais sensuais, incluindo o Alfa Romeo Stelvio Quadrifoglio e o Porsche Macan Turbo.

Até mesmo o modelo básico de turbo-diesel de 3,0 litros é um acto de classe numa sombra de mais de 112 mil USD.

AGENDA

LUANDA

21 DE MAIO

Oficina de artes sobre a escrita de contos negreiros, com Milton Filho no âmbito do projecto Sextarte, no CCBA, a partir das 14h00. Inscrições gratuitas e os interessados devem enviar e-mail para contactocbba@gmail.com ou ligar para o 931 732 214.

25 DE MAIO

Conferência online sobre a "Arte Contemporânea Africana na Idade da Pandemia", em alusão ao dia de África. Organização do Museu de Arte Africana de Belgrado, na Sérvia, transmitida via online no canal do Youtube do Color Media Commuen nications. Às 10h00.

28 DE MAIO

"Meu Negócio, Minha Experiência - Encontro de Negócios", às 10h00, na Mediateca 28 de Agosto. Bilhetes a 1000 kwanzas. Informações e reservas ligue para o 931 148 746.

LIVROS



REV FLETCHER ainda luta com demónios do passado. Mas, graças ao amor dos pais adoptivos, tem ficado bem. Uma carta do pai biológico, porém, traz novamente à tona a memória de uma infância violenta.



DE FORMA QUASE UNÂNIME, ao ouvir os termos 'liberal', 'democrático' e 'liberal-democrático' proferidos nos meios político ou jornalístico, as pessoas encontram dificuldade em compreender o seu real significado, e acabam por confundir-los.



TURISMO

Um palácio entre os pinheiros

A própria sequóia crescente do Savoy fica de sentinela entre o histórico edifício principal em estilo Art Nouveau do hotel, o tipo a que Byron poderia ter dedicado um verso.

Como um lápis de artista erguido para fornecer uma noção de escala, uma conífera imponente emoldura um aspecto que se estende desde as margens do Lago de Genebra, afinal, esta é a Suíça francófona.

Com vista para o local está o terraço ensolarado do hotel La Brasserie du Royal, aqui pode imaginar os antigos patriotas valdenses de casacos matinais e calças enquanto saboreia o Lac Léman e a couve-flor tostada no restaurante.

Os quartos, 196 no total, são tão luxuosos quanto uma cabina no Expresso do Oriente, só que mais luxuoso. Aqueles na Savoy Wing têm televisores fixados na parede acima da banheira. Espalhafatoso? Há quem diga que sim!

Educação & Tecnologia

Huawei pede cooperação mais estreita entre o sector público-privado para restaurar a confiança na tecnologia

PUBLICIDADE. Luanda, 7 de maio de 2021 - O Simpósio de St. Gallen, um encontro anual de líderes actuais e futuros de todo o mundo, celebrou o seu 50º aniversário este ano. No evento, um total de 1.000 participantes, provenientes do campus da Universidade de St. Gallen, de um centro internacional em Singapura, de dez embaixadas suíças ao redor do mundo e de outros lugares online, mantiveram um diálogo intergeracional de três dias.

Catherine Chen, Vice-presidente corporativa sénior e membro do BOD da Huawei, discursou na iniciativa liderada por estudantes na manhã de 7 de Maio. Outros palestrantes de referência do sector privado incluem Christophe Franz, Presidente do BOD da Roche, Ola Källenius, Presidente do Conselho de Administração da Daimler, Satya Nadella, CEO da Microsoft, e Roshni Nadar Malhotra, CEO da HCL Corporation.

Os participantes, dentre os quais também líderes políticos, como o Chanceler austríaco Sebastian Kurz, e representantes de organizações transnacionais, como a Presidente da Iniciativa Digital Suíça Doris Leuthard, reuniram-se para trocar opiniões sobre o tema do simpósio deste ano, "Trust Matters", algo com o qual a Huawei está profundamente comprometida.

Chen acredita que tal exigirá esforços conjuntos de legisladores, reguladores e do sector privado.

"À medida que mais dispo-

sitivos apresentam conectividade, mais serviços passam a ser online e mais infraestruturas críticas dependem de trocas de dados em tempo real, os governos em todo o mundo devem, consequentemente, garantir que estejam todos protegidos pelos mais altos padrões de segurança. Apenas um conjunto comum de regras pode garantir um nível de segurança que cria confiança na tecnologia," afirmou.

O Simpósio de St. Gallen

MEMORIZE

● **Fundada em 1987**, a Huawei é fornecedora líder global de infraestrutura e dispositivos inteligentes de tecnologia da informação e comunicação (ICT). Temos mais de 197.000 funcionários e operamos em mais de 170 países e regiões, atendendo a mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo.

deste ano começou em 5 de Maio.

Os participantes do evento concordaram que a confiança é fundamentalmente construída com base na abertura e transparência, e que é hora de tomar medidas concretas e viáveis para enfrentar os desafios e riscos comuns que surgiram na esteira da pandemia COVID-19.

A confiança pública nas instituições políticas e económicas, nas tecnologias emergentes e na comunicação social dimi-

nuiu recentemente, sobretudo entre as gerações mais jovens, e tal foi agravado pela pandemia COVID-19.

"Nós, como membros da geração mais jovem, estamos conectados a um número maior de pessoas através das redes sociais, mas isso não corresponde a um círculo de pessoas em quem possamos confiar," reiterou Simon Zulliger, um membro da equipa de 35 alunos da Universidade de St. Gallen que organizou o simpósio deste ano.

A equipa apresentou a sua opinião de que encontrar maneiras de preservar e fortalecer a confiança é crucial para uma recuperação sustentável.

Chen espera que a próxima geração de líderes construa confiança e molde um mundo de conectividade generalizada.

"Exorto-os a continuar a desenvolver relacionamentos positivos entre comunidades, indivíduos e seus ambientes. Devemos construir uma forte confiança na tecnologia, proporcionada por um conjunto comum de regras, inovações e progresso. Somente então nos podemos comprometer com o uso sustentável e confiável da tecnologia," garantiu.



Catherine Chen, vice-presidente corporativa sénior e membro do BOD da Huawei

Ambiente



AINDA ESTE ANO

Agência quer formalizar catadores de lixo

RECICLAGEM. Para a concretização do projecto, entidade conta com o apoio do Instituto Nacional de Emprego e de Formação Profissional (Inefop).

Por Redacção

O serviço de catadores de resíduos sólidos pode ser formalizado nos próximos dias. A iniciativa é da Agência Nacional de Resíduos (ANR) que, para o efeito, está a desenvolver um projecto de formação de catadores de lixo, com vista à sua valorização por meio da reciclagem.

O anúncio foi feito pela presidente do conselho de administração da ANR, Nelma Caetano, em alusão ao Dia Internacional da Reciclagem que se assinalou esta semana, no dia 17. Para já, estão a ser identificados e for-

mados os catadores de lixo, numa primeira fase, em matéria sobre gestão de resíduos, educação ambiental, higiene e segurança no trabalho.

A ANR, para a concretização do projecto, tem como base o memorando com o Instituto Nacional de Emprego e de Formação Profissional (Inefop), assinado em Fevereiro.

O projecto teve início no Huambo, com a formação de catadores de lixo.

Após a formação, ser-lhes-ão atribuídos certificados e, com o Inefop, no âmbito do Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade, está prevista a concessão de créditos, para auxiliar na formação de cooperativas.

Segundo Nelma Caetano, para já, foram adquiridos os kits de higiene e segurança no trabalho e, posteriormente,

serão encaminhados para a formalização da actividade, em cooperativa.

Para a responsável, o acondicionamento dos resíduos constitui uma preocupação uma vez que não se tem observado a separação do material reciclável do orgânico, durante a deposição, o que tem criado inúmeros constrangimentos, além da falta de cumprimento da legislação em vigor sobre as políticas de gestão dos resíduos tem preocupado a ANR, uma vez que as entidades públicas e instalações que definem resíduos não contratam operadoras vocacionadas.

“Os armazéns, lojas e outras instalações não estabeleceram um contrato com as operadoras de gestão de resíduos, o que é obrigatório por lei”, refere Nelma Caetano,

28

Mil litros de óleo são recolhidos mensalmente por tres cooperativas

MEMORIZE

● **Dia Internacional da Reciclagem** foi celebrado a 17 deste mês. Data foi instituída pela Unesco e busca estimular uma reflexão sobre a importância de se proceder ao descarte correcto dos resíduos sólidos.

apontando que a maior parte da produção de resíduos recicláveis na província de Luanda é óleo de natureza vegetal, que provém das cozinhas domésticas e restaurantes.

Três cooperativas que se dedicam à reciclagem deste produto, como a Associação de Mulheres Ambientistas, Cooperativa Barra de Sabão e Lox Recicla, recolhem, todos os meses, cerca de 28 mil litros de óleo que dão origem a 62 mil barras de sabão de sabão artesanal.

Angola conta com 148 empresas de gestão de resíduos e 49 que se dedicam à reciclagem de lixo.

O Dia Internacional da Reciclagem foi instituído pela Unesco e busca estimular uma reflexão sobre a importância de se proceder ao descarte correcto dos resíduos sólidos.

O GOVERNO SÃO-TOMENSE quer legalizar o uso da cannabis para fins medicinais e está em negociação com investidores estrangeiros para o cultivo no país, apesar da advertência sobre os riscos. O ministro da Agricultura, Francisco Ramos, garante que os benefícios económicos superam os riscos.

BURUTUTU E OMBUNGULULU

Plantas em risco de extinção

FLORA. Especialista alerta para a hipótese de uma das plantas estar a ser exportada, sem o controlo devido, e pede medidas urgentes para evitar o seu desaparecimento. Ministério desconhece, entretanto, a situação.

Por Gil Lucamba



Cochlos permum Angolensis, planta rara que se encontra apenas

em Angola, vai desaparecer se nada for feito pelas autoridades, alerta o especialista em medicina natural José Nguepe.

Parte integrante da flora angolana é considerada “muito rica”, esta espécie, popularmente conhecida por burututu, está em risco por falta de um quadro legal de protecção e de educação das populações.

Em declarações ao VALOR, José Nguepe refere que já manifestou a preocupação em vários fóruns e apontou “alguns indícios” que o levam a crer que a espécie esteja a ser exportada, particularmente para Portugal, como o facto de existirem, no

mercado, suplementos alimentares cuja composição química contém a planta. Nguepe não descarta, entretanto, a hipótese de os suplementos serem feitos em território nacional e vendidos com rótulo que atribui o fabrico a Portugal.

Alertando para outra espécie em risco, a Ptaeroxylonobliquum (ombungululu), usada sobretudo como lenha pelas famílias, Nguepe apela à necessidade de aquisição de laboratórios e de um melhor controlo nas fronteiras. “Há uma grande necessidade de esclarecer o público que essa planta tem propriedades extremamente importantes para a prevenção de doenças e especificamente para a hipertensão arterial e doenças cardiovasculares”, referiu.

Director-geral da clínica Videira Nguepe de Angola e membro do Conselho Nacional da Medicina Natural, o especialista em medicina natural disse que a clínica que dirige colocou

à disposição do Instituto Nacional de Investigação de Saúde laudos científicos e publicações de estudos sobre as espécies. Bengo, Kwanza-Sul, Luanda e Huambo são algumas das províncias que, de acordo com estudos, possuem a Cochlospermum Angolensis.

Contactado, o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, através da directora-geral do Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação, Albertina Nzuzi, referiu não ter a confirmação de exportação destas espécies, nem solicitações de exportação. E avançou que o Ministério está a fazer um levantamento de todas as espécies de plantas utilizadas na medicina tradicional para regulamentar a forma de colheita e conservação, para evitar a sua extinção.

As duas espécies consideram-se vulneráveis pelo facto de a sua exploração estar a acontecer em excesso (colheita insustentável).



Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

NÚMEROS DA SEMANA

4

Milhões USD Investimento realizado pela Fazenda kwanzáfrica, em Malanje, para a criação e comercialização de porcos.

97,8

Milhões Barris de petróleo bruto exportados por Angola no primeiro trimestre deste ano, uma redução de 5,96%, face ao trimestre anterior.

929

Cidadãos detidos pela Polícia em uma semana, por violação da cerca sanitária nacional.

3,7

Mil milhões USD Intenções de investimento, em valores, registados pela Aipex de 2018 a Abril de 2021



GESTORES CONSIDERADOS CULPADOS PELA FALÊNCIA

Tribunal condena administradores do BANC

Os administradores do extinto Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) foram condenados a “responder com todo o seu património” por terem sido considerados culpados pela falência da referida instituição financeira.

De acordo com a sentença do julgamento que aconteceu na 2.ª Secção da Sala de Comércio Propriedade Industrial e Intelectual do Tribunal da Comarca de Luanda, “a conduta dos administradores produziu como efeito na sociedade a erosão nas contas, bancarrota e o incumprimento das obrigações da sociedade, pois que as políticas adoptadas por eles, ao concederem-se créditos, a não observarem as regras prudenciais e sobre o risco, ao investirem no immobilizado, fizeram com que na data do fecho o saldo do banco era negativo”.

Os administradores não executivos e o independente, lê-se no documento, não exerceram o seu papel de fiscalizar a actividade dos administradores executivos e dos membros da comissão executiva, o que levou o tribunal a considerá-los igualmente responsáveis pelas suas omissões ao resultado produzido por eles.

O Banco Nacional de Angola revogou a licença do BANC a 29 de Janeiro de 2019. Na altura, o governador José de Lima Massano justificou a medida com o facto de terem sido detectadas “deficiências no modelo de governação”, com “riscos que eram grandes e foram mal geridos”, além da “reposição do capital social que não foi avan-

çada pelos accionistas”.

Para o tribunal, apesar de não ser dos administradores a responsabilidade do aumento do capital social, a instituição financeira encontrava-se tecnicamente falida havia muito tempo. “Agiram com incúria, não obedeceram às regras sobre o risco, uma vez que foram imprudentes na concessão de créditos, em desobediência aos interesses dos credores, dos investidores, dos depositantes e dos accionistas”, refere a sentença.

O tribunal também considerou que os administradores falsearam dados da escrituração mercantil e nas transacções comerciais não foram honestos. O conselho de administração era composto por José Aires Vaz (presidente), Waldemar Augusto, Jerónimo Francisco, César Cardoso e Sabino Francisco, administradores executivos, a quem eram distribuídos pelouros. Compunham a comissão executiva os senhores José Aires Vaz do Rosário, Waldemar Agostinho e Jerónimo Francisco. Durães da Rocha e Luís da Graça Gameiro eram os administradores não executivos.

O Tribunal, por outro lado, entendeu que, na altura em que ingressaram para o board do BANC os administradores César Cardoso e Sabino Mauro das Neves, a instituição já apresentava insuficiência financeira, considerando que “não participaram os administradores em causa na alteração dos resultados, nem tão pouco praticaram qualquer acto” que, na perspectiva do tribunal, “seja fraudulento”.

RECUOU DA TERCEIRA POSIÇÃO

Angola cai para a 8ª economia da África subsaariana

A economia angolana recuou cinco lugares no ranking das maiores economias da África subsaariana, devido à depreciação do kwanza e ao crescimento económico negativo dos últimos cinco anos.

A informação consta do mais recente relatório da consultora Focus Economics, que utiliza os dados dos bancos centrais e dos institutos nacionais de estatística dos países desta região.

Segundo a consultora, a economia angolana vale agora cerca de 74 mil milhões de dólares (61,5 mil milhões de euros), cerca de 84% abaixo da Nigéria que lidera e cujo PIB chega aos 455 mil milhões de dólares, o equivalente a 377 mil milhões de euros.

A lista apresenta a África do Sul a seguir à Nigéria, com 344 mil milhões de dólares (285 mil milhões de euros), e o Quénia, seguindo-se Etiópia, Gana, Tanzânia e Costa do Marfim, antes de aparecer Angola, que surge acima da República Democrática do Congo, Camarões, Uganda, Zâmbia e Botsuana, figurando ainda Moçambique como a 14.ª maior economia da África subsaariana.

No documento, que, segundo a Lusa, foi enviado a investidores, os analistas desta consultora com sede em Barcelona apontam o PIB da região nos 1,5 biliões de dólares, que deverá crescer para mais de 2 biliões de dólares, nos próximos cinco anos.

Para este ano, os analistas estimam um crescimento económico de 1,4% em Angola, que deverá acelerar para 2,7% no próximo ano, antevendo uma subida dos preços na ordem dos 21% este ano e 15% em 2022.

